

Gastos com Educação: um estudo com os Municípios do Vale do Caí do RS

Aluno: Nathan Schroeder

Orientadora no TCC I e II: **Profa. Ma. Cludes Teresinha Maffei Barcellos**

Semestre: 2022-4

Resumo

O trabalho descreve um estudo de múltiplos casos, nos municípios pertencentes ao Vale do Caí/RS, partindo do objetivo de analisar o comportamento dos gastos públicos com educação do período de 2015 a 2019, identificando a correlação existente entre os investimentos aplicados na área da educação e o índice de desenvolvimento socioeconômico das cidades estudadas. Para tanto, foram coletados os dados públicos de receita corrente, receita corrente líquida, gastos com educação, inclusive do estudo infantil e fundamental. A partir destes dados com critérios definidos e criados pelo autor e não com as bases oficiais, se buscou a evolução desses gastos e a sua relação entre eles, demonstrando algumas correlações tanto negativas quanto positivas, o que apresentou informações úteis perante à eficiência dos investimentos públicos na área estudada. Demonstrou-se no estudo que a média de Educação do Vale do Caí foi superior ao do Estado do Rio Grande do Sul, na educação geral, fundamental e infantil, superando o índice em 2,59%, 11,01% e 13,10%, respectivamente.

Palavras-chave: Despesas. Receitas. Educação. IDESE.

1 Introdução

Contabilidade é a ciência que fornece dados e informações úteis, relevantes e confiáveis para os seus usuários, sejam eles internos ou externos. Dessa forma, pode-se tomar decisões eficientes e criar métodos para tomada de decisão em diversas áreas de uma entidade (MARION, 2018).

A contabilidade pode ser subdividida com base no tipo atividade da entidade, dessa forma, pode também registrar, controlar e demonstrar fatos e atos que ocorrem com os patrimônios públicos. Na contabilidade pública, além do patrimônio, também são registrados os atos e fatos ocorridos no âmbito orçamentário e financeiro da entidade. O orçamento público é a principal ferramenta de gestão pública do Estado, pois define e traça os planos e objetivos das ações do ente público (ARRUDA; ARAÚJO, 2020).

As receitas públicas são recursos captados da sociedade, para o cumprimento de suas obrigações com a sociedade, essas, expressas por meios das despesas públicas, que se trata de desembolsos da entidade pública destinadas ao interesse comum (DA SILVA, 2012).

É de interesse comum a área da educação, pois, conforme Hanushek e Kimko (2000) apresentam em seu livro “*Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations*” que a qualidade da educação de um país tem um efeito positivo e presente no crescimento econômico de uma sociedade.

As ações dos entes públicos têm como objetivo uma maior qualidade de vida e bem-estar comum de toda a coletividade, dessa forma, as receitas e as despesas do Estado são de interesse comum da sociedade. Os projetos desenvolvidos pelas entidades públicas afetam diretamente a sociedade, sendo assim, afetando a educação, renda e saúde dos cidadãos (DA

SILVA, 2012).

Por essa via, o estudo dos recursos aplicados na educação em diferentes municípios tem como objetivo verificar a eficiência da aplicação dos recursos públicos e o seu impacto socioeconômico na sociedade. Para tanto, é utilizado dados e informações contábeis públicas, dos municípios do Vale do Caí e dados socioeconômicos do Estado do Rio Grande do Sul (RS).

A pesquisa foi desenvolvida com base nos dados disponíveis na plataforma do Tribunal de Contas do Estado do RS e Departamento de Economia e Estatística do Estado do RS. Os dados utilizados foram as receitas e despesas com educação pelos municípios pertencentes ao Vale do Caí, nos anos de 2015 a 2019. Pelo motivo de o autor não encontrar dados oficiais em períodos posteriores a 2019, entende-se que possa ter sido devida a pandemia da Covid 19, não foram considerados os anos de 2020 e 2021.

A questão problema investigada foi como se comportaram os gastos com a educação, nos Municípios do Vale do Caí, nos anos de 2015 a 2019?

O objetivo geral deste estudo foi demonstrar o comportamento dos gastos no setor de educação, nos Municípios do Vale do Caí, nos anos de 2015 a 2019.

Este estudo se justificou, pois o pesquisador é graduando em Ciências Contábeis e possui interesse em aprofundar seus conhecimentos na área de Contabilidade Pública. Assim sendo, este estudo teve como base as receitas e despesas públicas dos municípios do Vale do Caí e suas relações com os gastos com a educação, comparando com o IDESE que representa o desenvolvimento socioeconômico desses municípios.

2 Referencial Teórico

2.1 Contabilidade pública

O objetivo da contabilidade consiste em fornecer dados para os usuários de forma que possam avaliar e tomar decisões com base nas informações prestadas. Essas informações relevantes envolvem metas a serem atingidas bem como enquadramento orçamentário, financeiro, podendo englobar o patrimônio público (ALVES, 2017).

Seguindo essa ideia, Kohama (2016, p. 98) destaca:

A Contabilidade Pública, por sua vez, registra os acontecimentos, mostra o que a administração realizou, em termos financeiros; é, sobretudo, retrospectiva, ao passo que o orçamento é prospectivo. A Contabilidade é um instrumento essencial de controle financeiro e fornece ao orçamento uma metodologia de trabalho, uma estrutura de contas e quantificação de dados produzidos pela gestão administrativa.

Dessa forma, se considera a seleção, o registro, controle, a divulgação e as demonstrações dos fatos e atos que afetam o patrimônio da União, estados, municípios, autarquias e fundações. Em outra face, a contabilidade pública tem como ação o registro de fatos e atos orçamentários e financeiros (ARRUDA; ARAÚJO, 2020).

A contabilidade pode ser subdividida com base no tipo de atividade das entidades, portanto, a Contabilidade Pública possui como campo de atuação as pessoas jurídicas de Direito Público, como a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias, bem como entidades que utilizam recursos públicos (PISCITELLI, 2019).

Da mesma forma, Andrade (2012) destaca que a contabilidade das instituições de direito público deve ser vista como um ramo da contabilidade comum, no qual considera-se o orçamento público — instrumento que tem como objetivo prever receitas e definir despesas — e as ações planejadas por meio do Plano Diretor (PD), Plano Plurianual (PP), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA). Além disso, a entidade pública visa o lucro social, diferentemente do lucro financeiro visado pela gestão do patrimônio privado.

Em outro âmbito, de acordo com Kohama (2016, p. 1) “Consideram-se serviços públicos o conjunto de atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição da coletividade,

visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar social ou ‘da prosperidade pública’”.

Seguindo o aspecto legal, de acordo com Andrade (2012, p. 2):

A Lei no 4.320/64, que instituiu as normas para o balanço e orçamento público, deve ser seguida pelos órgãos públicos da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, inclusive pelas fundações e autarquias e, ainda, para os fundos municipais e empresas estatais dependentes, no que se refere aos controles orçamentários e fiscais.

Em consonância com a Lei nº 4.320/64, a Resolução nº 2016/NBCTSPEC, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (BRASIL, 2016) detalha:

Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes) (BRASIL, 2016, item 1.8A, p. 10)

Além disso, diferentemente da iniciativa privada, no setor público as atividades são estritamente definidas. Conforme Piscitelli (2019, p. 9) “No interesse público [...] só o que está expressamente permitido é que pode ser feito, e não o que não está proibido.”

2.1.1 Orçamento público

O orçamento público é o instrumento que materializa os planos da entidade pública, por meio das ações, planos, projetos, programas e demais atitudes que expressam sua atuação, detalhando os recursos a serem utilizados e vinculando ao seu uso por meio das despesas. Além de ser de interesse coletivo e demandar sua participação no desenvolvimento, é necessária a aprovação do Poder Executivo e do Poder Legislativo (ANDRADE, 2012).

No setor público, por definição de lei, os orçamentos são definidos e devem ser seguidos, criando assim a necessidade de contabilização para esse controle. Dessa forma, além das contas convencionais, utiliza-se contas para o controle orçamentário bem como contas para o controle financeiro do ente público (PISCITELLI, 2019).

De acordo com Arruda e Araújo (2020, p. 44) “o orçamento público é, em sua mais adequada definição, o demonstrativo orgânico da economia pública, representando o retrato real da vida do Estado”. Além disso, o orçamento é o principal instrumento da gestão pública para traçar planos, projetos, programas, atividades e ações para um período financeiro, pois prevê as receitas e despesas do período (ARRUDA; ARAÚJO, 2020).

Conforme Kohama (2016), o governo deve atender à coletividade, dessa forma, desenvolve-se planos visando o longo prazo visando o melhor nível de bem-estar coletivo. Na gestão fiscal, as ações devem ser praticadas de forma planejada e transparentes, de acordo com os instrumentos descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Instrumentos do Sistema de Planejamento Integrado

Plano Plurianual (PP)	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	Lei de Orçamentos Anuais (LOA)
Corresponde a um plano de médio prazo, por meio do qual se ordena as ações do governo para	Consiste na lei que norteia a elaboração dos orçamentos anuais, sendo eles o fiscal, o de investimentos das empresas estatais e o da seguridade	A LRF complementa a LDO, estabelecendo um equilíbrio entre as receitas e despesas, bem como critérios e formas de	Trata-se de viabilizar as ações planejadas no PP, devendo ela ser compatível com o mesmo, com a LDO e

atingimento dos objetivos fixados para um período de quatro anos	social (saúde, previdência e assistência social), adequando-os aos objetivos e metas no Plano Plurianual.	limitação do empenho, normas referentes ao controle de custos e avaliação dos resultados dos objetivos definidos nos orçamentos, além de outras condições e exigências.	com a LRF, sendo nela programada a ordem de execução das tarefas a serem desenvolvidas pelo Estado para atingimento dos objetivos fixados.
--	---	---	--

Fonte: adaptado de Arruda e Araújo (2020)

Como descrito por Kohama (2016), a estrutura dos instrumentos descritos possui como base o Plano Plurianual, que norteia o médio prazo dos projetos e ações a serem efetivadas, tendo como segundo nível a lei de diretrizes orçamentárias, que ordena a elaboração dos orçamentos, e por fim, a lei de orçamentos anuais.

2.1.2 Processo orçamentário

Devido ao interesse coletivo, o processo de elaboração dos instrumentos orçamentários deve ser transparente quanto aos objetivos e metas pela qual o governo se responsabiliza. O processo de desenvolvimento deve ser racional, e o planejamento deve ocorrer antes de qualquer ação a ser tomada pelo governo. Por esse motivo, utiliza-se os Instrumentos do Sistema de Planejamento Integrado (DA SILVA, 2012).

Para a elaboração orçamentária, primeiramente define-se a meta de resultado fiscal, buscando garantir o superávit primário, reduzir o déficit primário ou reduzir a relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB). Afere-se também a estimativa de receitas com base no tipo de receita, para, dessa forma, definir a base de destinação legal e criar uma previsão de recursos disponíveis (PISCITELLI, 2019).

Na elaboração do orçamento, define-se as despesas obrigatórias, que, de acordo com Piscitelli (2019, p. 68):

São consideradas essencialmente como despesas obrigatórias: as transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação dos Municípios e programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), as despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, as decorrentes de dívidas públicas, contratual e mobiliária, e as relacionadas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios).

Considerando a meta de resultado fiscal, receitas previstas e despesas obrigatórias, o restante dos recursos destinam-se para as despesas discricionárias, que são subdivididas em: projetos, atividades e operações especiais, tendo essas duas últimas prioridade na alocação de recursos. Os projetos, atividades e operações especiais são elaboradas pelas diversas entidades e são armazenadas no Cadastro de Programas e Ações que são analisadas e consolidadas no orçamento, para posteriormente esse ser disponibilizado para sanção, emendas e possíveis alterações (PISCITELLI, 2019).

2.2 Receitas Públicas

Para arcar com os custos das responsabilidades coletivas do governo, o Estado capta recursos por meio da contribuição proveniente da sociedade (DA SILVA, 2012). Para Andrade (2012, p. 57):

Define-se como todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos em dinheiro ou outro bem representativo de valor que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos, convênio e quaisquer outros títulos, de que seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertençam. É, pois, o conjunto de ingressos financeiros, provenientes de receitas orçamentárias ou próprias e receitas extraorçamentárias ou de terceiros, que produzirão acréscimos ao patrimônio da instituição, seja União,

estados, municípios ou Distrito Federal, suas autarquias e fundações.

As receitas públicas são reconhecidas, do ponto de vista patrimonial, pelo regime de competência, enquanto no enfoque orçamentário considera-se o regime de caixa, algo que se difere da contabilidade geral. Além disso, a receita pode ser compreendida pela Lei de Orçamento ou não, sendo essa última apenas uma entrada simples de recurso, por esse motivo, temos a classificação de receita orçamentária e receita extraorçamentária (KOHAMA, 2016).

Quadro 2 – Receita orçamentária e extraorçamentária

Receita Orçamentária	Receita Extraorçamentária
É a receita firmada no orçamento público, estando assim pertencente à Lei Orçamentária, dessa forma, deve estar aderente a lei. Sendo assim, receita orçamentária é aquela que, recolhida, pertence ao tesouro ou ao órgão que a está recebendo, dessa forma, não há contrapartida no passivo. Possui uma subdivisão entre Receitas Correntes e Receitas de Capital.	É a receita em que o seu recolhimento constitui compromisso exigível, gerando assim um passivo. Dessa forma, essa receita é uma entrada compensatória no ativo e passivo financeiro, devendo ser devolvido à origem.

Fonte: adaptado de Kohama (2016)

2.2.1 Receitas correntes

Arruda, Barreto e Araújo (2012, p. 42) definem receitas correntes “[...] como o meio financeiro de origem tributária, contributiva, patrimonial, industrial, de serviços e outras [...]”, sendo essas arrecadadas por meio da soberania do estado, através de impostos, taxas, contribuições de melhoria, sociais e econômicas (KOHAMA, 2016).

Além disso, o Estado também arrecada sua receita pela exploração ou utilização de seus recursos em atividades produtivas, comerciais ou de serviços, bem como o recebimento de recursos provenientes de “pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, destinados a atender despesas correntes.” (ARRUDA; BARRETO; ARAÚJO, 2012, p. 43), sendo essas chamadas de Transferências Correntes.

As receitas correntes são classificadas da seguinte forma:

Quadro 3 – Classificações das receitas correntes

Classificação	Composição da receita
Receita Tributária	Composta por impostos, taxas, contribuições de melhoria. Resultante da arrecadação compulsória dos contribuintes em função da renda, propriedade, atividade, serviços utilizados entre outros.
Receita de Contribuições	Relativa a contribuições sociais e econômicas, destinada à manutenção de programas e serviços sociais e interesse público.
Receita Patrimonial	Arrecadações de valores provenientes de seu patrimônio mobiliário, imobiliário e participações societárias.
Receita Agropecuária	Arrecadada da produção vegetal, animal e de derivados sob o domínio do poder público.
Receita Industrial	Proveniente da indústria extrativa mineral, de transformação, de construção além de produção e distribuição de energia elétrica, água e saneamento.
Receita de Serviços	Captada da prestação de serviços prestados pelo Estado.
Transferências Correntes	Tem origem de recursos financeiros recebidos de outras entidades públicas ou privadas, para atender as despesas correntes.
Outras Receitas Correntes	Tem origem na cobrança de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa e receitas diversas.

Fonte: adaptado de Andrade (2012)

2.2.2 Receitas de capital

As receitas de capital são definidas como recurso financeiro constituído de dívidas, da conversão em espécie de ativos bem como recursos recebidos de pessoas físicas ou jurídicas públicas e privadas destinadas a atender as despesas de capital (ARRUDA; BARRETO; ARAÚJO, 2012). De acordo com Piscitelli (2019, p. 162), receitas de capital “[...] constituem, em princípio, fatos meramente permutativos, de que resulta aumento de um item do ativo (por ingresso de recursos) com redução de outro, ou com aumento simultâneo do passivo”.

As receitas de capital são classificadas no seguinte esquema:

Quadro 4 – Classificações das receitas de capital

Classificação	Composição da receita
Operações de crédito	Oriundas da realização de recursos financeiros através da constituição de dívidas, internas ou externas.
Alienação de bens	Captadas através da venda de bens patrimoniais, sendo convertidas em bens e valores em espécie, ou seja, convertendo em moeda corrente.
Amortização de empréstimos	Recebimento de valores relativos a empréstimos concedidos.
Transferências de capital	Recursos recebidos de outras entidades públicas ou privadas, para atender despesas de capital.
Outras receitas de capital	Classificação genérica, receita que não se pode enquadrar nas classificações de receita de capital anteriores.

Fonte: adaptado de Kohama (2016)

2.3 Despesas Públicas

As despesas públicas, de acordo com Silva (2012) são desembolsos do Estado para atender o interesse público, conforme previsto em Lei e outros instrumentos, podendo ser ela geral, que se trata de despesas para o atendimento de serviços no interesse geral da comunidade, e constitui o programa anual de governo. Por outro lado, pode ser uma despesa específica, que de acordo com (DA SILVA, 2012, p. 247) é “a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente dentro de uma autorização legislativa.”

Em outro âmbito, segundo Kohama (2016), são gastos definidos em leis especiais ou na lei orçamentária e destinados a serviços, patrimônio e compromissos públicos. O orçamento é considerado a melhor forma para definir e aplicar os recursos públicos disponíveis, dessa forma, o orçamento é a forma como o Estado conduz as ações e programas desenvolvidos, portanto, a contabilidade pública registra esses acontecimentos, inclusive referente às despesas públicas. Ainda segundo o autor, as despesas podem ser categorizadas em dois grandes grupos:

Quadro 5 – Despesa orçamentária e extraorçamentária

Despesa Orçamentária	Despesa Extraorçamentária
É aquela que depende de autorização legislativa, devendo ter crédito orçamentário correspondente, despesa essa que está fixada e descrita no orçamento público.	É o gasto fora da lei orçamentária, dessa forma, não há necessidade de autorização legislativa, pois baseia-se em saídas do passivo financeiro, despesas portanto oriundas de receitas extraorçamentárias, que serão restituídas à sua origem.

Fonte: adaptado de Kohama (2016)

Já de acordo com Piscitelli (2019, p. 177) “Despesa pública caracteriza um dispêndio de recursos do patrimônio público, representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros, imediata – com redução de disponibilidades – ou mediata – com reconhecimento dessa obrigação”.

2.3.1 Despesas correntes

As despesas orçamentárias são classificadas dentro do plano legal como despesas correntes ou despesas de capital. As despesas correntes ou também conhecidas como despesas efetivas são gastos que reduzem o patrimônio público (ARRUDA; BARRETO; ARAÚJO, 2012). De acordo com Borges (2016, p. 93) “São classificadas nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Você pode dizer que são despesas necessárias para movimentar a máquina administrativa do Estado”.

De acordo com Kohama (2016) são as despesas que não participam da aquisição de um bem de capital, portanto, contribuem para a natureza operacional das instituições públicas, servindo para sua manutenção e pleno funcionamento. Além disso, separa-se as despesas correntes em três grupos, distintos pela natureza do gasto: i) Pessoal e reflexos; ii) Juros e encargos da dívida; iii) Outras despesas correntes.

Quadro 6 – Grupos de natureza de despesas correntes

Pessoal e Reflexos	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
São despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativo funções exercidas, civis, militares e de Poder, com qualquer espécie de remuneração bem como encargos sociais provenientes das mesmas.	São os gastos com pagamento de juros, comissões e encargos de operações de crédito.	É constituído pelos gastos com materiais de consumo, diárias, contribuições, auxílios, despesas sazonais de interesse público além de outras despesas não classificáveis nos demais grupos.

Fonte: adaptado de Andrade (2012)

2.3.2 Despesas de capital

As despesas de capital ou despesas por mutações patrimoniais são os gastos que não afetam o patrimônio da entidade pública, pois trata-se de investimentos, amortizações de dívida e outras espécies de despesas de capital. Dessa forma, esses gastos proporcionam mudanças no patrimônio da entidade ou possuem valores de contrapartida, tornando equivalentes os desembolsos realizados ou as obrigações assumidas (ARRUDA; BARRETO; ARAÚJO, 2012).

Da mesma forma para Borges (2016), são classificadas nessa categoria gastos que são direcionados para a apropriação de um bem capital. Geram-se através de aumento no patrimônio permanente das entidades públicas ou pela amortização de dívidas, normalmente trata-se de fatos permutativos, e não diminutivos como as despesas correntes.

Por conseguinte, de acordo com Kohama (2016), fazem parte dessa categoria de despesas gastos que envolvem a aquisição de um bem capital, cujo objetivo é aumentar a quantidade de bens de capital ou adquirir bens já em uso, incorporando ao patrimônio público efetivamente ou através de mutação patrimonial. Da mesma forma que as despesas correntes, as despesas por mutação patrimonial podem ser subdivididas por sua natureza de gasto: i) Investimentos; ii) Inversões financeiras; iii) Amortização da dívida.

Quadro 7 – Grupos de natureza de despesas de capital

Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da dívida
Gastos com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e materiais permanentes.	São os gastos com a aquisição de imóveis ou bens de capital usados.	É constituído pelo pagamento e/ou refinanciamento do principal e correção monetária ou cambial da dívida do ente público.

Fonte: adaptado de Kohama (2016)

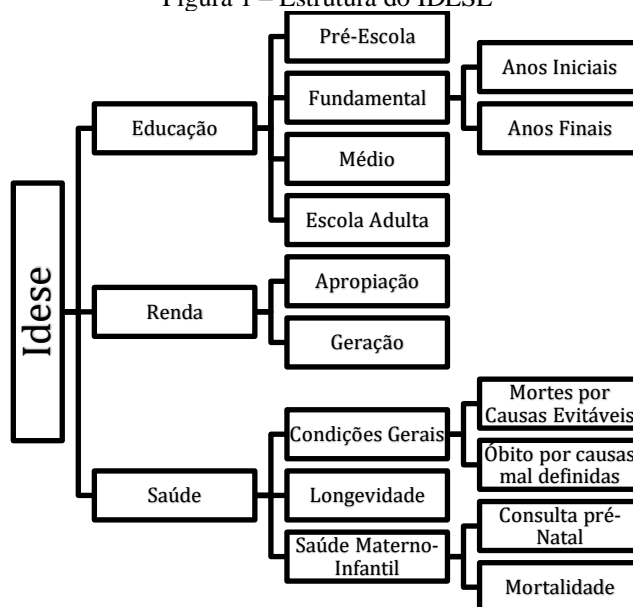
2.4 IDESE

De acordo com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2020b) do RS, o IDESE tem o objetivo de medir o desenvolvimento econômico e social dos municípios pertencentes ao estado, índice esse que é segregado em três blocos de indicadores: i) Educação; ii) Renda; iii) Saúde. De acordo com a instituição:

Para cada uma das variáveis componentes dos blocos é calculado um Índice, entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável. O índice final de cada bloco é a média aritmética dos índices dos seus sub-blocos. Considera-se a classificação do índice em alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (menor de 0,499).

Da mesma forma, o Departamento de Economia e Estatística (DEE) (RIO GRANDE DO SUL, 2020a) do RS calcula os resultados do IDESE do estado e suas regionalizações, sendo o índice considerado um indicador sintético, que demonstra a situação socioeconômica dos territórios, levando em consideração fatores quantitativos e qualitativos, referentes à educação, renda e saúde. A estrutura do indicador é definida pelo DEE conforme a Figura 1.

Figura 1 – Estrutura do IDESE



Fonte: adaptado de Departamento de Economia e Estatística (2021)

3 Aspectos Metodológicos

3.1 Delineamento da pesquisa

O presente trabalho foi um estudo de caso que, de acordo com Fonseca (2002, p. 33), é caracterizado como:

Um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador

Sendo esse um estudo de caso múltiplo, que de acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2006) trata-se de uma pesquisa que envolve o estudo simultâneo de várias entidades, indivíduos ou instituições.

Essa pesquisa é caracterizada como descritiva, pois tem como finalidade observar, registrar, analisar e comparar os dados levantados assim como definido por Rampazzo (2005) que define a pesquisa descritiva como o desenvolvimento de estudo baseado em questionários, levantamento de dados, análise e observação.

Quanto a abordagem do problema, esse trabalho é considerado qualitativo devido ao fato de descrever a interação entre os dados levantados, comparando-os e interpretando a relação entre eles, corroborado por Richardson (1999) que descreve a pesquisa qualitativa como a descrição de um problema complexo, por meio da análise de certas variáveis, bem como analisar e classificar os processos vividos por indivíduos e entidades, entendendo suas particularidades e seus comportamentos.

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Neste estudo, foram coletados, de forma *online*, com acesso público ao site do Tribunal de Contas do Estado do RS, os dados de receitas correntes, receitas de capital, e despesas com educação apresentados por cada município nos anos de 2015 a 2019 e seus respectivos desempenhos no IDESE e seus subgrupos, dados esses levantados no DEE.

A análise dos dados ocorreu de forma horizontal, observando a relação entre gastos com educação de diferentes exercícios, pois, de acordo com Marion (2019), a análise horizontal refere-se à comparação de indicadores de períodos diferentes, podendo ser dias, meses, semestres, anos entre outras medidas de tempo. Essa análise nos permite analisar a tendência do indicador no decorrer dos períodos. Da mesma forma, Martins (2020, p. 87) descreve “A análise horizontal é um processo de análise temporal que permite verificar a evolução das contas individuais, também dos grupos de contas por meio de números-índices”. Os resultados foram dispostos em tabelas observando e demonstrando a evolução dos dados entre os diferentes períodos. As bases de cálculos utilizadas na análise dos dados foram definidas e criadas pelo autor do estudo.

Além disso, considerando que o orçamento público e a possibilidade de comparação da execução orçamentária com o orçamento previsto contribuem para um melhor acesso ao desempenho das entidades públicas (CFC, 2016), foram analisados de forma comparativa os maiores e menores índices de desempenho no IDESE dos municípios da região dentro do período estudado. Conforme o CFC (2016) por meio da NBC TSP, os instrumentos públicos têm como característica qualitativa a comparabilidade, permitindo aos usuários a identificação de semelhanças e diferenças entre as informações disponibilizadas, tornando-as comparáveis em relação a dados financeiros e/ou não financeiros, dentro do mesmo ou diferente exercício. Dessa forma, torna-se possível e adequada a comparação de informações entre outras entidades que possuem as mesmas características, facilitando na comparação de desempenho entre elas.

4 Desenvolvimento do estudo

4.1 Coleta de dados

De acordo com o IBGE (2021b) o Vale do Caí fica na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme descrito pela Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Região Funcional é composta por 19 municípios.

Município	Área Territorial (km²) [2021]	População Estimada (Quantidade de habitantes) [2021]	Densidade Demográfica (hab/km²) [2010]	PIB per capita (R\$) [2019]
Alto Feliz	78,846	3.043	36,84	39.557,12
Barão	124,113	6.232	46,12	41.697,83
Bom Princípio	88,774	14.446	133,20	50.752,50
Brochier	105,353	5.132	43,80	18.037,82
Capela de Santana	182,595	12.183	63,19	19.045,97
Feliz	94,832	13.728	129,59	34.291,01
Harmonia	48,562	4.967	95,04	38.744,77
Linha Nova	63,502	1.724	25,48	32.043,58
Maratá	82,063	2.713	31,13	28.517,01
Montenegro	424,846	66.157	140,13	60.162,81
Pareci Novo	57,373	3.885	61,16	26.142,48
Salvador do Sul	99,046	7.975	67,59	36.210,21
São José do Hortêncio	63,709	4.924	63,86	26.620,56
São José do Sul	55,209	2.464	35,27	27.162,86
São Pedro da Serra	35,062	3.881	93,68	21.716,31
São Sebastião do Caí	114,294	26.161	196,81	27.962,06
São Vendelino	32,105	2.288	60,59	39.206,62
Tupandi	59,447	5.019	65,90	102.772,99
Vale Real	45,085	6.046	113,52	25.262,54

Fonte: adaptado de IBGE (2021a)

Percebeu-se que o maior município com Área Territorial se trata de Montenegro, com 424,846 km² de extensão no ano de 2021, além disso, constatou-se que é também a cidade com maior quantidade de habitantes. Em contrapartida, São Vendelino possui a menor área territorial, com 32,105 km² de extensão no mesmo ano, contando com aproximadamente 2.288 habitantes, ainda assim, no âmbito de população estimada, Linha Nova possui o menor índice, com 1.724 habitantes estimados.

A cidade de São Sebastião do Caí configurou a maior densidade demográfica dos municípios do Vale do Caí, possuindo 196,81 hab/km², enquanto, o Alto Feliz demonstra ser a menor densidade demográfica, com 36,84 hab/km².

Quanto ao PIB per capita, Tupandi configurou-se como o maior Produto Interno Bruto per capita listado, com um montante de R\$ 102.772,99 no ano de 2019, em outro âmbito, Brochier possui o menor PIB per capita, representado por R\$ 18.037,82.

4.1.1 Receitas

Quanto aos dados de receitas e despesas, buscou-se dados públicos disponíveis na base de dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), essa disponibilizada em endereço eletrônico para livre acesso.

Dessa forma, foi possível coletar os dados de Receitas Correntes, de Capital, as deduções da Receita Corrente bem como as despesas por função, aplicação, entre outras opções. Portanto, foi possível consolidar as informações prestadas, separadas por ano e com base nos municípios respectivos.

No anexo A está demonstrado que durante o período de 2015 a 2019 o município com maior receita corrente trata-se de Montenegro, com receitas de R\$ 191.414.418,96, R\$

224.133.851,12, R\$ 228.129.311,69, R\$ 242.262.807,56 e R\$ 273.129.131,79, respectivamente.

Em outro âmbito, notou-se que o município com menor receita no período, foi o de Linha Nova, com os montantes de R\$ 10.594.293,90, R\$ 12.224.582,98, R\$ 12.069.926,46, R\$ 13.428.799,82 e R\$ 14.535.351,93, respectivamente.

Percebeu-se que os municípios de maior e menor receita permaneceram os mesmos do período de 2015 a 2019.

No anexo B está demonstrado, em relação às receitas de capital, que em 2015 e 2018, o município com maior receita foi Pareci Novo, com R\$ 4.019.590,48 e R\$ 2.344.331,52, respectivamente. Em 2016 e 2017 destacou-se Montenegro somando o montante de R\$ 6.319.525,34 e R\$ 18.759.613,29 respectivamente. Já em 2019, Harmonia possuiu a maior receita, com a quantia de R\$ 4.101.560,35.

Em outro âmbito, notou-se que em 2015, 2017 e 2018, o município de Linha Nova possuiu o menor valor de receita de capital, sendo eles: R\$ 77.545,00, R\$ 174.900,25 e R\$ 449.849,33. Em 2016 notou-se Feliz, com R\$ 145.360,00 enquanto em 2019 o município de menor receita mostrou-se Bom Princípio, com o montante de R\$ 122.451,11.

4.1.2 Receita corrente líquida

Da mesma forma, averiguou-se as deduções da receita corrente, possibilitando assim o cálculo da receita corrente líquida dos municípios, separado por ano.

Conforme demonstrado no anexo C, em todo o período, os municípios que tiveram as maiores e menores deduções de receitas foram os mesmos, sendo Montenegro e Linha Nova, respectivamente.

Com base nos dados coletados, foi possível calcular a receita corrente líquida. Demonstrado no anexo D, percebe-se que os municípios com maior e menor receita corrente líquida são os mesmos e proporcionalmente aos listados nas receitas correntes, sendo eles Montenegro e Linha Nova, respectivamente.

4.1.3 Gastos com educação

Tomando como fundamento o endereço eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, apurou-se os dados de gastos com educação. Demonstrado no anexo E, a cidade de Linha Nova teve o menor gasto com educação geral, do ano de 2015 a 2019 teve os gastos na ordem de R\$ 1.613.353,21, R\$ 1.964.603,09, R\$ 2.048.214,17, R\$ 2.249.818,29 e R\$ 2.400.565,15.

Por outro lado, o município de Montenegro registrou os maiores gastos com educação geral no mesmo período, com os montantes de R\$ 53.783.443,96, R\$ 57.572.499,15, R\$ 54.860.612,87, R\$ 59.318.663,63 e R\$ 63.207.720,73.

Quadro 9 – Despesas com Educação Fundamental (R\$)

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	1.528.380,26	1.486.662,83	2.823.777,08	2.241.883,04	2.497.247,13
Barão	3.370.892,33	3.780.663,41	3.835.614,96	3.924.436,58	4.315.401,69
Bom Princípio	9.056.465,35	9.607.044,81	9.154.766,75	9.569.060,15	8.613.861,52
Brochier	3.381.965,20	2.462.389,80	2.636.717,68	3.124.143,36	2.471.188,39
Capela de Santana	7.253.094,34	7.128.566,33	7.667.900,97	7.169.011,36	8.879.251,35
Feliz	3.349.717,01	3.744.032,11	4.054.144,97	3.843.819,34	4.222.825,63
Harmonia	2.619.615,42	2.600.234,92	2.899.764,34	3.420.763,57	3.718.269,44
Linha Nova	965.648,95	1.220.008,44	1.174.743,39	1.247.532,50	1.302.503,78
Maratá	1.943.976,87	2.203.878,14	2.116.755,80	2.181.031,67	2.504.023,99
Montenegro	20.962.263,50	21.126.600,74	19.786.228,64	21.494.352,01	21.556.825,10

Pareci Novo	4.134.287,60	3.953.480,41	5.055.401,35	5.866.587,68	4.977.855,19
Salvador do Sul	4.043.105,47	4.836.529,41	5.114.730,43	4.485.325,00	1.907.513,00
São José do Hortêncio	2.924.785,60	3.106.808,68	2.916.414,56	3.602.464,39	4.111.839,39
São José do Sul	2.618.158,57	2.572.005,70	2.784.369,93	3.345.756,53	3.298.965,59
São Pedro da Serra	3.411.664,74	2.402.889,68	2.886.712,43	2.814.033,83	2.127.297,14
São Sebastião do Caí	15.511.357,57	17.319.223,78	18.665.696,71	20.012.406,32	19.384.211,26
São Vendelino	2.096.080,02	1.881.768,13	1.861.747,69	1.861.974,32	1.884.034,02
Tupandi	3.617.054,68	4.255.833,49	4.962.973,84	5.282.162,42	5.504.970,18
Vale Real	2.241.698,48	2.561.933,79	2.891.076,81	3.093.049,47	3.833.495,06

Fonte: adaptado de TCE-RS (2022)

Destacou-se que os municípios com menor e maior despesa com educação de nível fundamental trata-se de Linha Nova e Montenegro, assim como notado nas despesas com educação geral.

Quadro 10 – Despesas com Educação Infantil (R\$)

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	776.332,10	905.830,93	985.509,09	1.042.529,95	1.222.347,07
Barão	674.926,36	1.126.991,45	1.062.575,70	950.752,41	969.392,15
Bom Princípio	4.927.220,58	5.461.674,79	5.564.719,43	6.191.255,47	7.170.844,49
Brochier	890.463,62	932.501,46	1.281.726,18	1.273.271,80	1.595.993,59
Capela de Santana	200.645,36	2.237.903,22	2.385.294,29	2.468.853,04	3.061.899,72
Feliz	4.860.342,89	6.094.494,79	7.091.633,30	7.704.155,89	8.416.350,72
Harmonia	1.842.431,15	1.785.154,95	2.025.898,95	2.227.629,98	2.758.565,49
Linha Nova	573.337,87	664.620,00	784.273,70	929.842,40	1.017.039,37
Maratá	638.194,26	1.912.691,05	981.436,01	987.731,69	1.252.851,66
Montenegro	19.560.953,13	24.030.793,07	22.330.108,78	24.251.100,89	26.125.438,55
Pareci Novo	380.171,25	737.679,61	271.089,83	146.302,45	1.892.347,58
Salvador do Sul	1.969.004,58	2.502.905,47	2.646.909,73	2.841.096,06	1.643.832,49
São José do Hortêncio	889.311,76	1.014.100,43	1.146.648,80	1.064.639,51	1.150.211,45
São José do Sul	304.971,80	613.313,58	647.862,75	682.195,60	907.029,26
São Pedro da Serra	1.076.488,57	1.171.436,26	1.468.571,35	3.676.288,05	1.679.622,40
São Sebastião do Caí	2.344.733,29	2.588.990,84	2.943.855,60	3.093.045,31	3.116.369,80
São Vendelino	941.061,33	1.097.322,57	1.327.048,78	1.364.920,65	1.390.405,18
Tupandi	1.481.605,84	1.804.872,82	2.346.936,18	2.756.533,20	2.487.447,85
Vale Real	2.827.838,52	2.572.233,75	2.395.428,57	2.801.954,35	3.199.161,82

Fonte: adaptado de TCE-RS (2022)

Percebeu-se que no que tange a educação infantil, os menores gastos foram dos municípios de Capela de Santana, no ano de 2015 com R\$ 200.645,36, São José do Sul em 2016 com o montante de R\$ 613.313,58, Pareci Novo em 2017 e 2018 com as importâncias de R\$ 271.089,83 e R\$ 146.302,45, enquanto em 2019 a menor quantia registrada foi da cidade de São José do Sul, com o gasto de R\$ 907.029,26.

A cidade de Montenegro demonstrou ter o maior gasto com educação infantil durante todo o período apurado.

4.1.4 IDESE

Os dados referentes ao IDESE foram coletados no endereço eletrônico do Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, onde foram coletados os dados do índice geral, do bloco de educação e seus subgrupos.

Quadro 11 – IDESE

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	0,7650	0,7714	0,7803	0,7947	0,8049
Barão	0,7822	0,7814	0,8052	0,8124	0,8196
Bom Princípio	0,7810	0,7725	0,7792	0,7866	0,7919
Brochier	0,7069	0,7157	0,7286	0,7333	0,7369
Capela de Santana	0,6517	0,6687	0,6674	0,6766	0,6875
Feliz	0,7724	0,7685	0,7710	0,7812	0,7849
Harmonia	0,7962	0,8061	0,8039	0,7994	0,8085
Linha Nova	0,7811	0,7939	0,7919	0,7815	0,7863
Maratá	0,7685	0,7731	0,7775	0,7583	0,7487
Montenegro	0,7639	0,7659	0,7758	0,7847	0,7898
Pareci Novo	0,7520	0,7470	0,7509	0,7852	0,7845
Salvador do Sul	0,8007	0,7913	0,7930	0,7943	0,8029
São José do Hortêncio	0,7605	0,7583	0,7481	0,7647	0,7564
São José do Sul	0,7853	0,8083	0,7913	0,7666	0,7858
São Pedro da Serra	0,7410	0,7361	0,7543	0,7491	0,7834
São Sebastião do Caí	0,7321	0,7229	0,7325	0,7414	0,7474
São Vendelino	0,7771	0,7656	0,7846	0,7979	0,8080
Tupandi	0,8161	0,8113	0,8320	0,8295	0,8165
Vale Real	0,7665	0,7511	0,7527	0,7386	0,7545

Fonte: adaptado de DEE (2021)

Durante o período apurado, percebeu-se que o município com o menor IDESE geral tratou-se de Capela de Santana, com 0,6517, 0,6687, 0,6674, 0,6766 e 0,6875. Em outro âmbito, de 2015 a 2018 o município com maior índice demonstrou-se Tupandi, com 0,8161, 0,8113, 0,8320 e 0,8295, enquanto, em 2019, o maior índice foi da cidade de Barão, com o valor de 0,8196.

Além disso, comparou-se os dados do IDESE do bloco de educação.

Quadro 12 – IDESE - Bloco Educação

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	0,7461	0,7327	0,7388	0,7693	0,7901
Barão	0,6785	0,7068	0,7468	0,7593	0,7663
Bom Princípio	0,7253	0,7194	0,7312	0,7174	0,7122
Brochier	0,6815	0,7131	0,7342	0,7644	0,7721
Capela de Santana	0,5953	0,6314	0,6308	0,6596	0,6703
Feliz	0,7469	0,7428	0,7399	0,7773	0,7716
Harmonia	0,8163	0,8156	0,7824	0,7961	0,8303
Linha Nova	0,7804	0,7831	0,8105	0,7908	0,7852
Maratá	0,6876	0,7162	0,7212	0,7380	0,6833
Montenegro	0,7230	0,7394	0,7440	0,7479	0,7463
Pareci Novo	0,7784	0,7472	0,7346	0,8076	0,8033
Salvador do Sul	0,7369	0,7195	0,7189	0,7431	0,7713
São José do Hortêncio	0,7474	0,7585	0,7412	0,7701	0,7609
São José do Sul	0,7383	0,7525	0,7404	0,7038	0,7351
São Pedro da Serra	0,7373	0,7197	0,7348	0,7181	0,7935
São Sebastião do Caí	0,7515	0,7449	0,7479	0,7655	0,7680
São Vendelino	0,7942	0,7922	0,8211	0,8437	0,8551
Tupandi	0,6760	0,6762	0,6963	0,6982	0,6856
Vale Real	0,7819	0,7427	0,7415	0,7449	0,7699

Fonte: adaptado de DEE (2021)

Considerando-se os dados do bloco de educação do IDESE, visualizou-se que Capela de Santana possui o menor índice durante o período de 2015 a 2019. Harmonia possui os maiores índices em 2015 e 2016, com os montantes de 0,8163 e 0,8156, respectivamente. Percebeu-se que de 2017 a 2019 a cidade com os maiores valores apresentados foi São Vendelino, com 0,8211, 0,8437 e 0,8551.

No ensino fundamental, coletou-se os dados que constam no quadro 13.

Quadro 13 – IDESE - Bloco Educação - Subgrupo Ensino Fundamental

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	0,7463	0,7463	0,7735	0,7735	0,8193
Barão	0,7911	0,7911	0,8265	0,8265	0,8244
Bom Princípio	0,8261	0,8261	0,8636	0,8636	0,8430
Brochier	0,7330	0,7330	0,8831	0,8831	0,9067
Capela de Santana	0,7001	0,7001	0,7183	0,7183	0,7346
Feliz	0,8273	0,8273	0,8587	0,8587	0,8298
Harmonia	0,8806	0,8806	0,8336	0,8336	0,8852
Linha Nova	0,7726	0,7726	0,8133	0,8133	0,8779
Maratá	0,7726	0,7726	0,7986	0,7986	0,8064
Montenegro	0,7365	0,7365	0,7448	0,7448	0,7220
Pareci Novo	0,7887	0,7887	0,8260	0,8260	0,7734
Salvador do Sul	0,8778	0,8778	0,8370	0,8370	0,9022
São José do Hortêncio	0,8134	0,8134	0,8331	0,8331	0,8482
São José do Sul	0,7726	0,7726	0,7236	0,7236	0,7836
São Pedro da Serra	0,7842	0,7842	0,8286	0,8286	0,8429
São Sebastião do Caí	0,7746	0,7746	0,7620	0,7620	0,7470
São Vendelino	0,7726	0,7726	0,8641	0,8641	0,8998
Tupandi	0,8814	0,8814	0,8736	0,8736	0,8952
Vale Real	0,8293	0,8293	0,8089	0,8089	0,8534

Fonte: adaptado de DEE (2021)

Entre os anos de 2015 à 2018, Capela de Santana demonstrou ter os menores valores referentes ao IDESE do bloco de Educação e subgrupo ensino fundamental. Em 2019 o município de Montenegro demonstrou ter o menor índice, com o valor de 0,7220.

Quanto aos maiores valores, Tupandi teve em 2015 e 2016 os maiores montantes demonstrados no índice, sendo eles 0,8814 e 0,8814, enquanto Brochier de 2017 a 2019 demonstrou os resultados, 0,8831, 0,8831 e 0,9067.

Em outro âmbito, coletou-se as informações do subgrupo de ensino infantil.

Quadro 14 – IDESE - Bloco Educação - Subgrupo Ensino Infantil

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	1,0000	1,0000	0,9296	1,0000	1,0000
Barão	0,7672	0,9052	1,0000	1,0000	1,0000
Bom Princípio	0,9243	0,9432	0,9745	0,8693	0,8350
Brochier	0,8240	0,9833	1,0000	1,0000	1,0000
Capela de Santana	0,8376	1,0000	0,9813	1,0000	1,0000
Feliz	0,8985	0,9383	0,9088	0,9641	0,9131
Harmonia	0,9922	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Linha Nova	1,0000	1,0000	1,0000	0,9079	0,8860
Maratá	0,9246	1,0000	0,9975	1,0000	0,8768
Montenegro	0,8274	0,9289	0,9361	0,8820	0,8588
Pareci Novo	1,0000	0,9216	0,8452	1,0000	1,0000
Salvador do Sul	0,9994	0,9574	1,0000	1,0000	1,0000
São José do Hortêncio	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
São José do Sul	0,9584	1,0000	1,0000	0,7860	0,7916
São Pedro da Serra	0,9884	0,9783	0,9930	0,8248	1,0000
São Sebastião do Caí	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,9675

São Vendelino	1,0000	0,9041	0,9175	1,0000	1,0000
Tupandi	0,8693	0,9181	1,0000	1,0000	0,9320
Vale Real	1,0000	0,9753	1,0000	1,0000	0,9587

Fonte: adaptado de DEE (2021)

No subgrupo do ensino infantil, notou-se uma variedade de resultados, sendo os menores índices os de Barão, São Vendelino, Pareci Novo, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente, enquanto em 2018 e 2019 o menor resultado foi de São José do Sul.

Quanto aos maiores valores, notou-se diversos municípios com o valor máximo atribuído ao índice, sendo em 2015 a métrica máxima para Alto Feliz, Linha Nova, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São Sebastião do Caí, São Vendelino e Vale Real. Em 2016, percebeu-se os municípios de Alto Feliz, Capela de Santana, Harmonia, Linha Nova, Maratá, São José do Hortêncio, São José do Sul e São Sebastião do Caí.

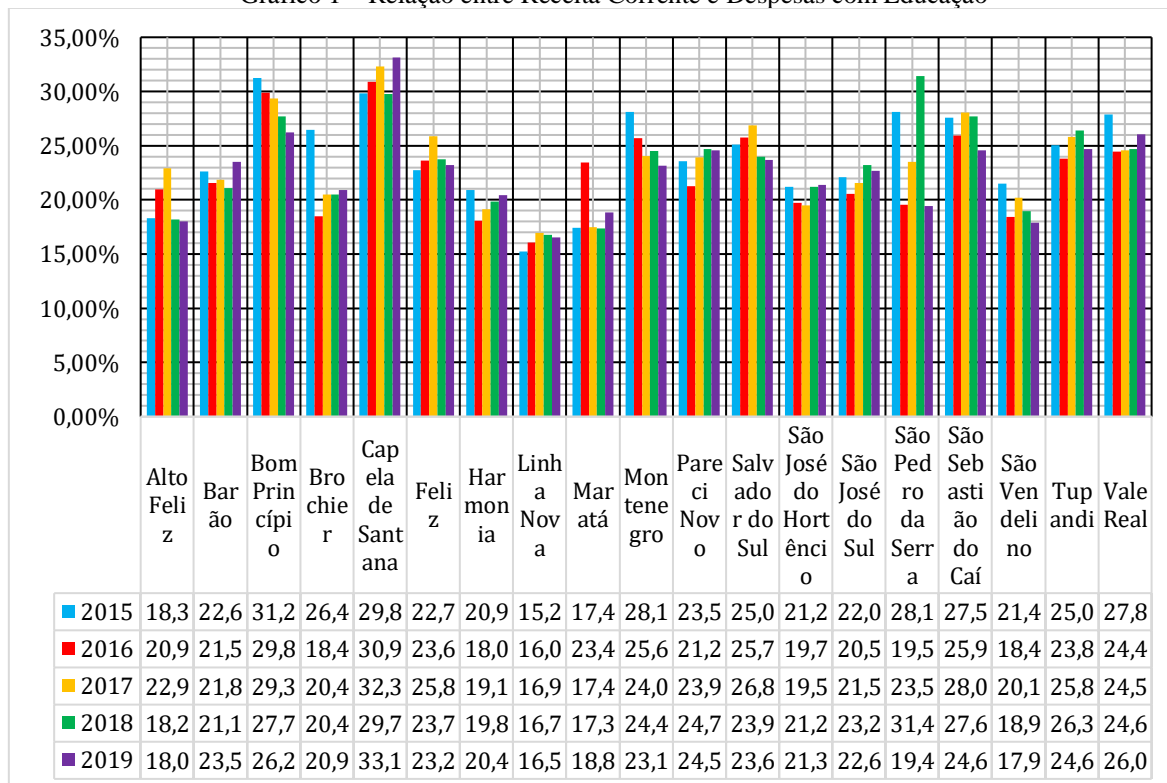
Enquanto em 2017, apresentaram o índice teto as cidades de Barão, Brochier, Harmonia, Linha Nova, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Sebastião do Caí, Tupandi e Vale Real. Em 2018, igualaram-se Alto Feliz, Barão, Brochier, Capela de Santana, Harmonia, Maratá, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

Por fim, as cidades que demonstraram o maior índice em 2019 foram Alto Feliz, Barão, Brochier, Capela de Santana, Harmonia, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra e São Vendelino.

4.2 Análise

Com base nos dados coletados a partir do Tribunal de Contas do Estado, é possível fazer a comparação entre alguns dados. Dessa forma, foi possível verificar a porcentagem da receita corrente arrecadada que foi destinada para a educação geral.

Gráfico 1 – Relação entre Receita Corrente e Despesas com Educação

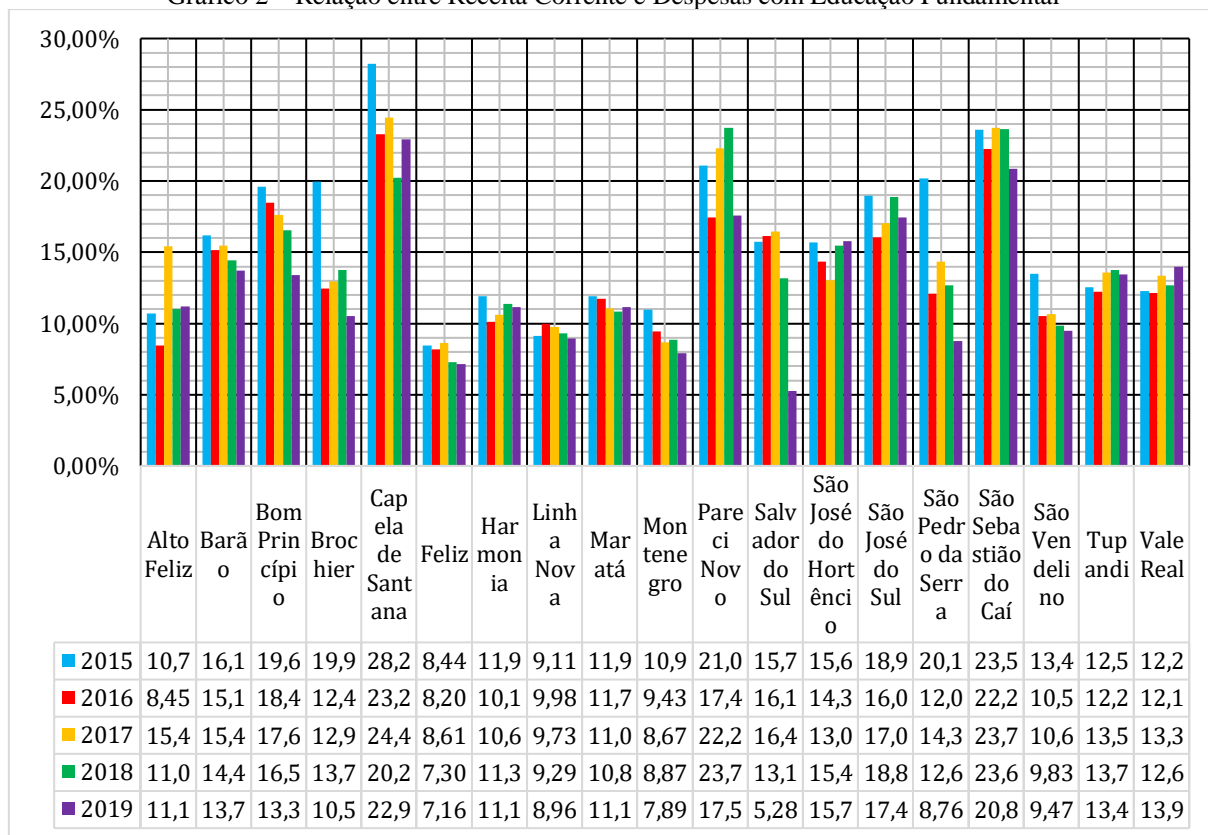


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCE-RS (2022)

Tomando os dados de receita corrente e despesas com educação coletados, foi possível calcular a relação existente entre as respectivas informações, dessa forma, demonstrou-se o percentual da receita corrente que é destinada a educação, em cada município, nos respectivos períodos analisados.

Comparando os municípios, Linha Nova possui a menor relação entre ambos os indicadores em todos os anos, com os respectivos valores de 15,2%, 16,0%, 16,9%, 16,7%, 16,5% da receita corrente arrecadada no período de 2015 a 2019. Em outro âmbito, as maiores relações foram as seguintes: Bom Princípio, em 2015 com 31,2%, Capela de Santana em 2016, 2017 e 2019 com 30,9%, 32,3% e 33,1% respectivamente e São Pedro da Serra em 2018 com 31,4%. Destacou-se as médias do Vale do Caí, no mesmo período, foram de 23,9%, 22,5%, 23,3%, 23,2% e 22,5%.

Gráfico 2 – Relação entre Receita Corrente e Despesas com Educação Fundamental



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCE-RS (2022)

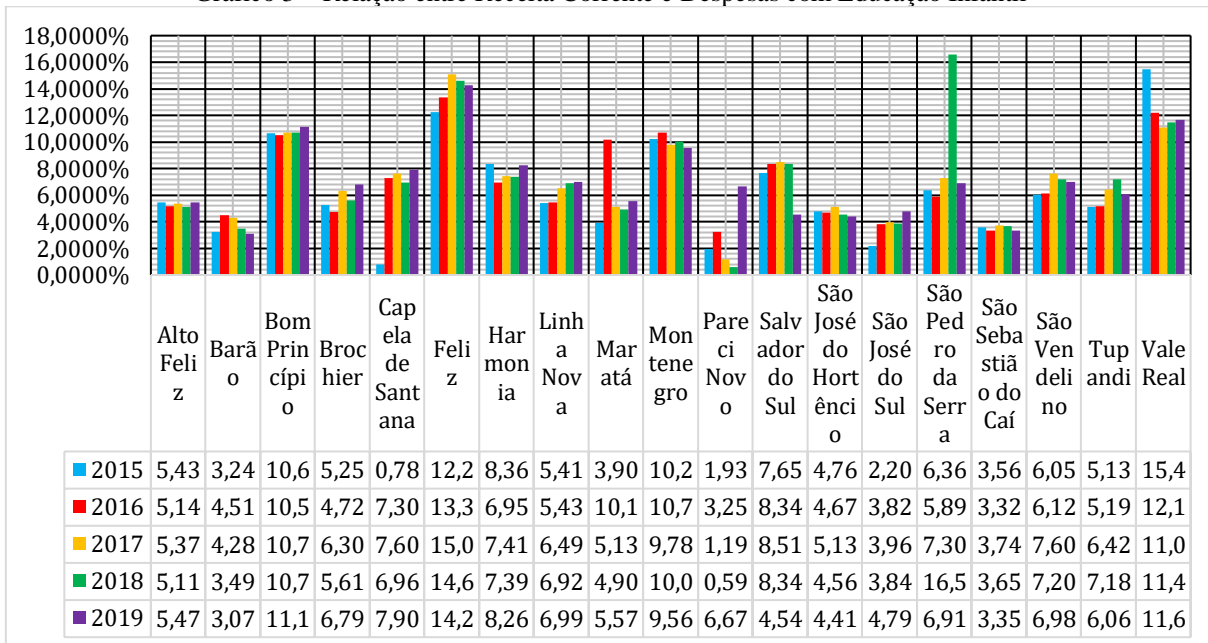
Considerando os dados adquiridos de receita corrente e despesas com a educação fundamental de cada município, calculou-se a relação entre esses indicadores, demonstrando a porcentagem da receita corrente arrecadada que é destinada para a educação de nível fundamental.

Semelhante à relação da receita com a despesa com educação, Capela de Santana é a cidade que possui a maior destinação da receita corrente destinada para o nível fundamental, sendo o município com os maiores valores apresentados em 2015, 2016, 2017 e 2019, com 28,2%, 23,2%, 24,4% e 22,9% respectivamente. O ano de 2018 teve como maior relação o município de Pareci Novo, com o montante de 23,7%.

No que tange os menores indicadores, Feliz aparece com os valores de 8,4%, 8,1%, 8,6% e 7,2%, nos anos de 2015 a 2018, em outro âmbito, no ano de 2019, o município de Salvador do Sul demonstrou-se com a menor relação, com 5,2%. No mesmo período, o Vale do Caí teve como média 15,8%, 13,7%, 14,6%, 14,0% e 12,6%.

Na área da educação infantil, conforme demonstra o gráfico 3, o município com maior relação em 2015 foi Vale Real com o montante de 15,4%, no período de 2016, 2017 e 2019, destacou-se como maior percentual a cidade de Feliz, com os valores de 13,3%, 15,0% e 14,2%, enquanto em 2018 o município com maior participação na receita corrente foi São Pedro da Serra com 16,5%.

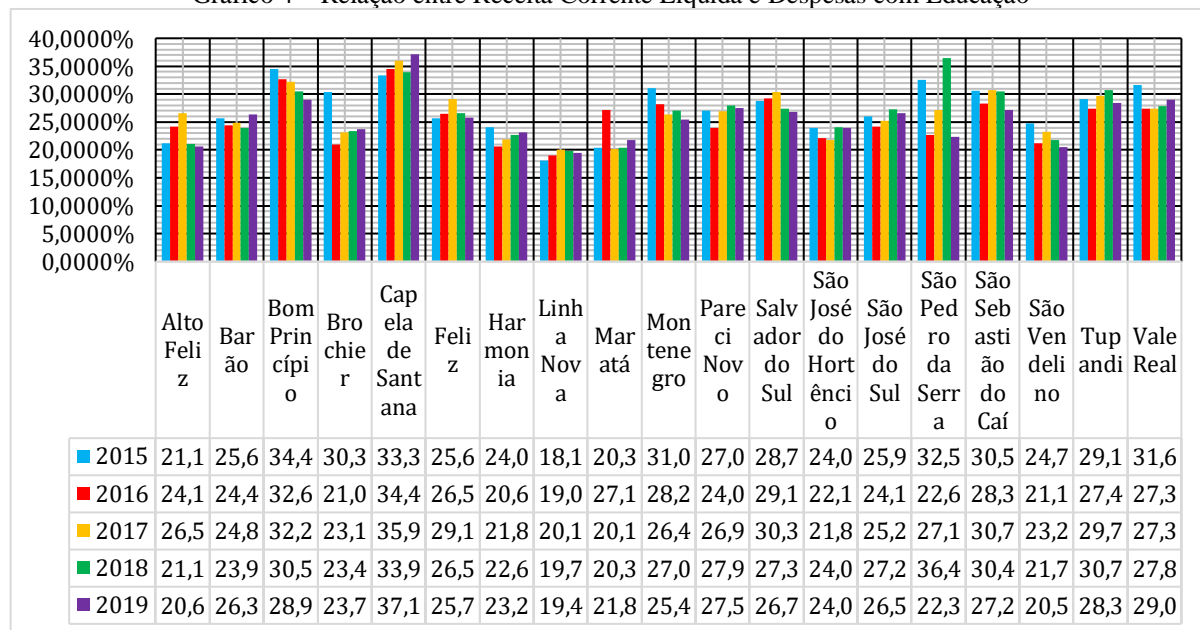
Gráfico 3 – Relação entre Receita Corrente e Despesas com Educação Infantil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCE-RS (2022)

Ao contrário, Capela de Santana teve relação de 0,7% em 2015, enquanto no período de 2016 a 2018 a cidade de Pareci Novo teve a menor relação dos gastos com educação infantil com os valores de 3,2%, 1,1% e 0,5%, em 2019, apresentou-se o município de Barão com 3,0%. A média do Vale do Caí, no período de 2015 a 2019, foi de 6,2%, 6,9%, 7,0%, 7,3% e 7,0%.

Gráfico 4 – Relação entre Receita Corrente Líquida e Despesas com Educação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCE-RS (2022)

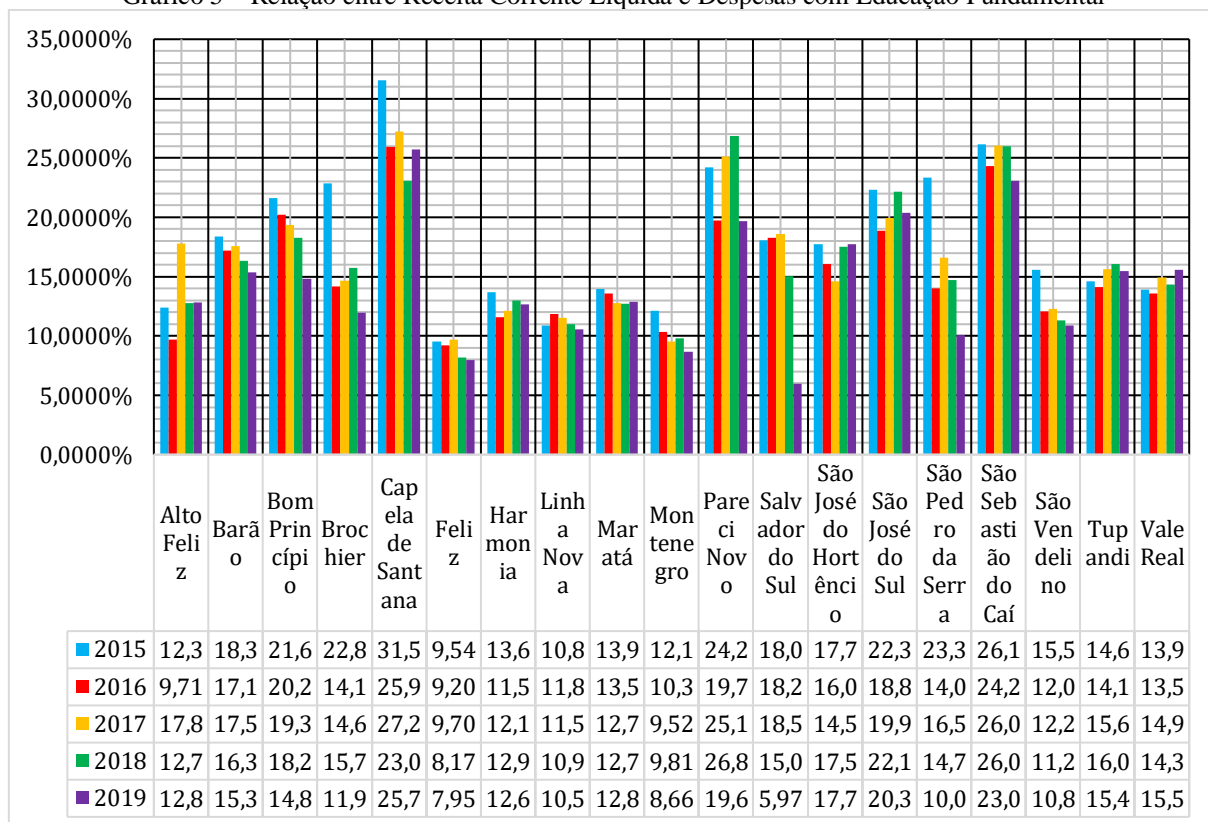
Conforme o gráfico 4 demonstra, calculou-se a relação da receita corrente líquida dos municípios com as despesas com educação, onde temos as maiores destinações da receita corrente líquida para despesas com educação em Bom Princípio, no ano de 2015 com 34,4%, Capela de Santana nos anos de 2016, 2017 e 2019 com 34,4%, 35,9% e 37,1% e por fim São Pedro da Serra em 2018 com a relação de 36,4%.

Em outro âmbito, as menores destinações ocorreram no município de Linha Nova durante todo o período, com 18,1%, 19,0%, 20,1%, 19,7% e 19,4%, respectivamente. A média do Vale do Caí apresentada de 2015 a 2019 foi de 27,3%, 25,5%, 26,4%, 26,4% e 25,5%.

Demonstrado no gráfico 5, as maiores relações da receita corrente líquida e das despesas com educação de nível fundamental foram dos municípios de Capela de Santana e Pareci Novo, sendo esse em 2018, com 26,8% e aquele em 2015, 2016, 2017 e 2019 com 31,5%, 25,9%, 27,2% e 25,7%, respectivamente.

Da mesma forma demonstrado, o município de Feliz teve a menor relação em 2015, 2016 e 2018 com 9,5%, 9,2% e 8,1%, enquanto em 2017 a cidade de Montenegro apresentou 9,5% e em 2019 apareceu Salvador do Sul com o montante de 5,9%. A média da relação quando considerado o Vale do Caí ficou de 18,0%, 15,5%, 16,6%, 16,0% e 14,3%, de 2015 a 2019.

Gráfico 5 – Relação entre Receita Corrente Líquida e Despesas com Educação Fundamental



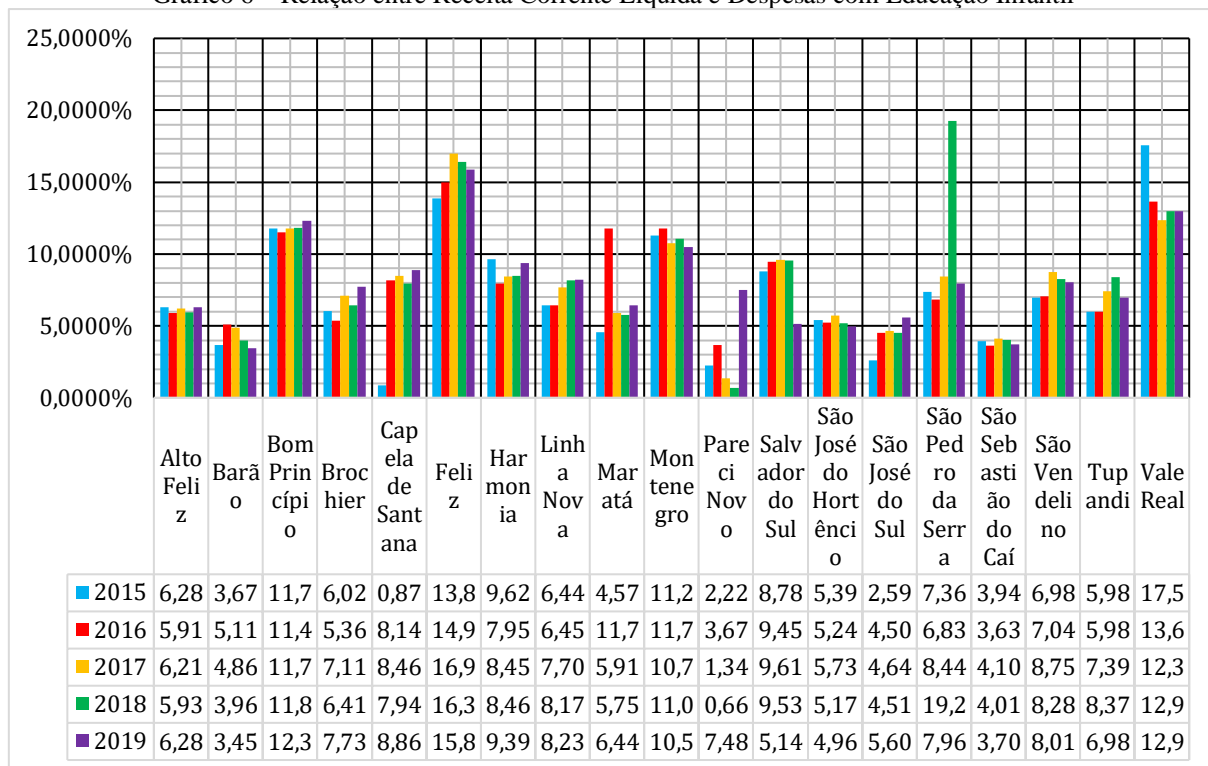
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCE-RS (2022)

No que tange o nível infantil de educação, demonstrado no gráfico 6, calculou-se a relação existente entre a receita corrente líquida e as despesas destinadas a educação infantil. Dentre os dados apresentados, destacou-se Vale Real com a maior destinação de receita para a despesa com o nível infantil, no ano de 2015 com a porcentagem de 17,5%, enquanto Feliz apareceu com o maior percentual em 2016, 2017 e 2019, apresentando 14,9%, 16,9% e 15,8% respectivamente. Por fim, em 2018 a cidade de São Pedro da Serra apresentou uma relação de 19,2%.

Quanto às menores destinações, temos em 2015 o município de Capela de Santana com 0,8%, São Sebastião do Caí em 2016 com 3,6%, Pareci Novo em 2017 e 2018 com 1,3% e 0,6% e por fim Barão com 3,4% em 2019. A média apresentada do Vale do Caí foi de 7,1%, 7,8%, 7,9%, 8,3% e 7,9% de 2015 a 2019.

Destacou-se que a média do Vale do Caí, em todo o período de 2015 a 2019, dentre todos os municípios foi de 0,7695 para o IDESE, para o bloco de Educação foi 0,7444, a média do subgrupo de Ensino Fundamental registrou 0,8095 e Ensino Infantil 0,9569.

Gráfico 6 – Relação entre Receita Corrente Líquida e Despesas com Educação Infantil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCE-RS (2022)

Com base nos dados adquiridos do DEE (2021), é demonstrado no gráfico 7 a comparação entre municípios e as médias do Vale do Caí e do estado do RS durante todo o período em relação ao IDESE. Destaca-se Capela de Santana com o menor índice em todo o período apresentado, de 2015 a 2019. Notou-se que os maiores índices apresentados foram o de Tupandi, no período de 2015 a 2018, e de Barão em 2019.

A média apresentada do Vale do Caí, de 2015 a 2019 foi de 0,7632, 0,7636, 0,7695, 0,7724 e 0,7789, respectivamente. Da mesma forma, a média no mesmo período do estado do Rio Grande do Sul foi de 0,7520, 0,7550, 0,7620, 0,7670 e 0,7760.

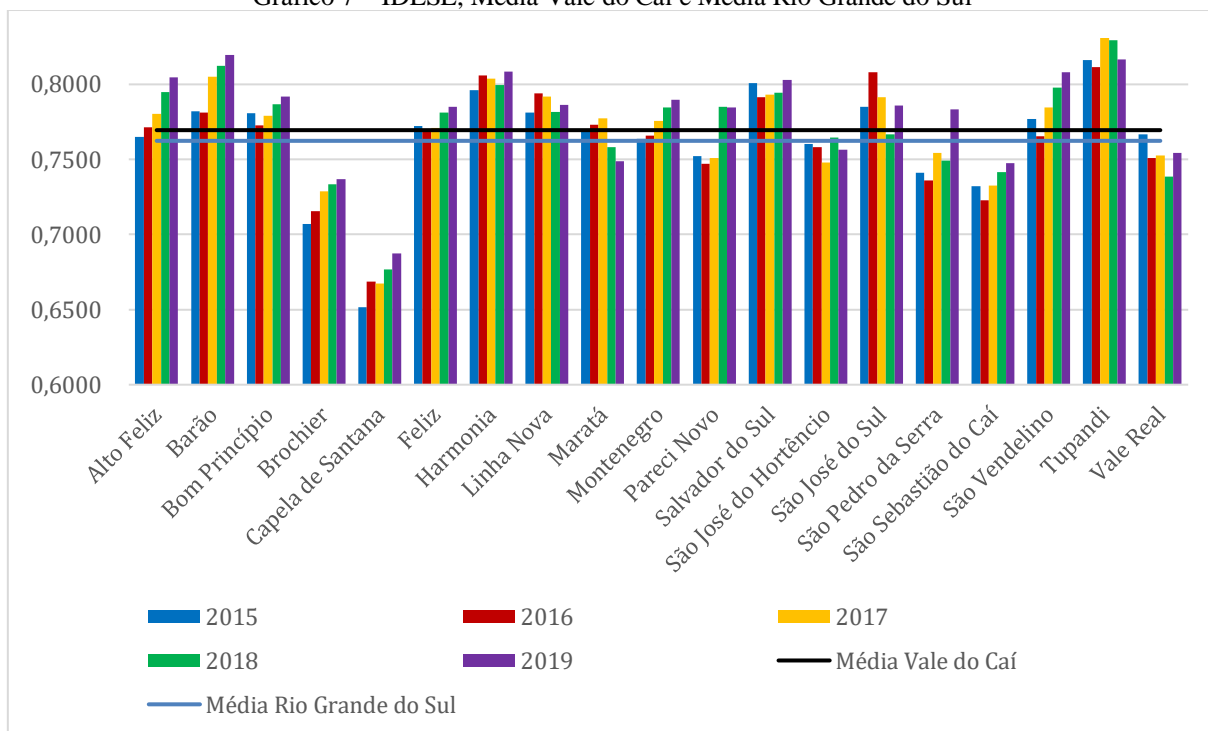
Em 2015 notou-se que os municípios de Brochier, Capela de Santana, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra e São Sebastião do Caí ficaram abaixo da média do Vale do Caí. Em comparação à média do RS, dos municípios listados abaixo da média do Vale do Caí, apenas Pareci Novo e São José do Hortêncio ficaram acima da média do estado.

No ano de 2016 apresentaram-se os mesmos municípios, com a adição de Vale Real abaixo da média do Vale do Caí. No que tange o estado, apenas São José do Hortêncio ficou acima da média.

Considerando o período de 2017, repetiram-se os municípios abaixo da média do Vale do Caí do ano de 2016, porém, nenhum dos citados ficou acima da média do estado. Ainda, se demonstrou que no ano de 2018, tendo apenas a adição de São José do Sul e Maratá, que ficaram abaixo de ambas as médias, e removendo Pareci Novo, que apresentou índice maior que ambas

as médias no período citado. Em 2019 repetiu-se, com exceção de São José do Sul e São Pedro da Serra que apresentaram índices acima de ambas as médias.

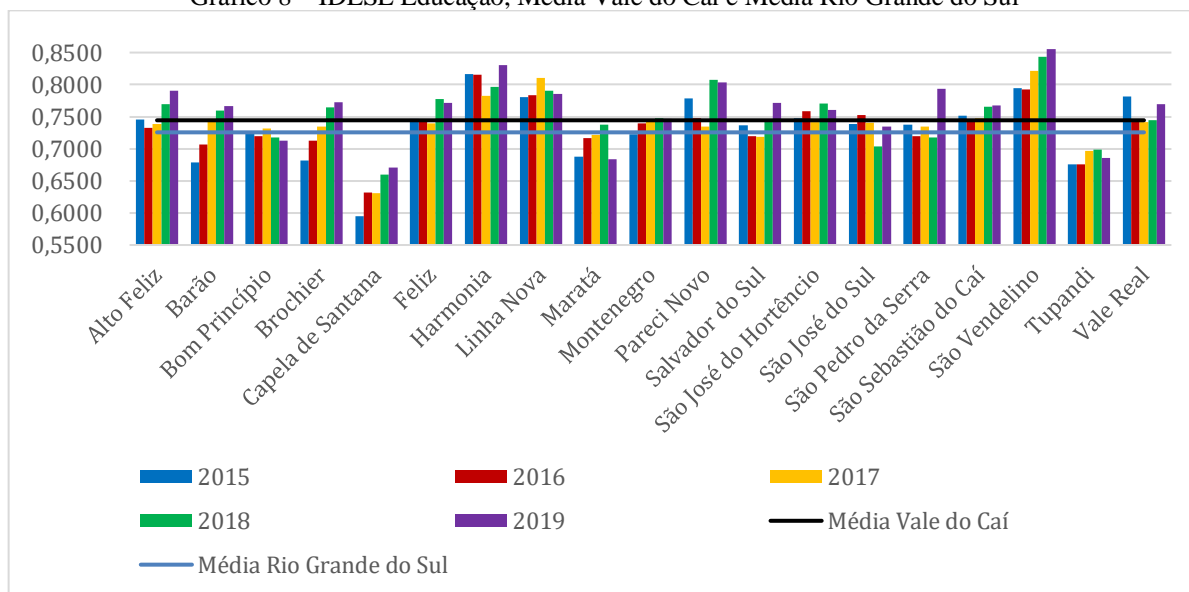
Gráfico 7 – IDESE, Média Vale do Caí e Média Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEE (2021)

Demonstrado no gráfico 8 a comparação do IDESE Bloco Educação dos municípios estudados e as médias do estado e do Vale do Caí, percebeu-se que Capela de Santana possui o menor índice em todos os anos de 2015 a 2019. Destacou-se que embora tenha os menores índices IDESE na educação, Capela de Santana aparece na lista de maiores destinações da receita corrente arrecadada para as despesas com educação.

Gráfico 8 – IDESE Educação, Média Vale do Caí e Média Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEE (2021)

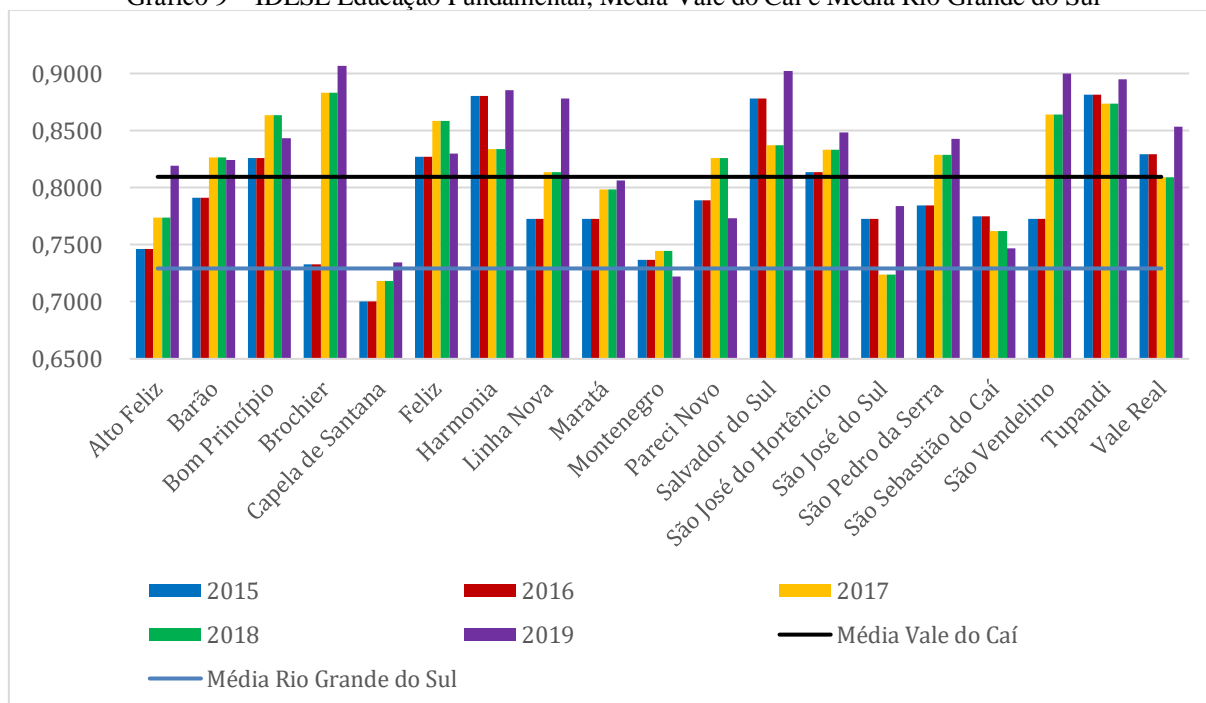
Os municípios com os maiores montantes são Harmonia em 2015 e 2016 e São Vendelino do período de 2017 a 2019. A média do Vale do Caí demonstrou-se com os montantes de 0,7328, 0,7344, 0,7398, 0,7534 e 0,7616, enquanto a média do RS apresentou os valores de 0,7030, 0,7150, 0,7270, 0,7360, 0,7470.

No ano de 2015 Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Maratá, Montenegro e Tupandi ficaram abaixo da média do Vale do Caí. Das listadas, apenas Montenegro e Bom Princípio ficaram acima da média do estado. Em consolidado, temos 7 municípios abaixo da média das cidades estudadas e 5 abaixo da média estadual.

No período de 2016, ficaram abaixo da média do Vale do Caí os municípios de Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Maratá, Salvador do Sul, São Pedro da Serra e Tupandi. Acima da média estadual, das cidades listadas, ficaram Alto Feliz, Bom Princípio, Maratá, Salvador do Sul e São Pedro da Serra. Em 2017 os mesmos municípios apareceram abaixo da média do Vale do Caí, com exceção de Barão, que ficou acima e com o acréscimo de Pareci Novo, que ficou abaixo. No que tange a média estadual, ficaram abaixo os municípios de Capela de Santana, Maratá, Salvador do Sul e Tupandi. Em ambos os anos, 10 cidades ficaram acima da média do Vale do Caí e 15 acima da média do estado.

Em 2018 ficaram abaixo da média do estado os municípios de Bom Princípio, Capela de Santana, São José do Sul, São Pedro da Serra e Tupandi. No que se refere a média do Vale do Caí, ficaram abaixo, além dos já listados abaixo da média do RS, Maratá, Montenegro, Salvador do Sul e Vale Real. Já em 2019, os municípios de Bom Princípio, Capela de Santana, Maratá, Montenegro, São José do Hortêncio, São José do Sul e Tupandi ficaram abaixo da média do Vale do Caí e da média estadual, com exceção de São José do Hortêncio, que ficou acima da média do estado.

Gráfico 9 – IDESE Educação Fundamental, Média Vale do Caí e Média Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEE (2021)

No que tange a educação fundamental dos municípios, percebeu-se que Capela de Santana apresenta os menores índices de IDESE do período de 2015 a 2018, enquanto Montenegro apresentou o menor valor em 2019. Destaca-se que de 2015, 2016, 2017 e 2019 Capela de Santana demonstrou ter a maior destinação da receita corrente arrecadada e receita corrente líquida para a educação de ensino fundamental.

O município de Tupandi apresentou o maior IDESE em 2015 e 2016, enquanto Brochier apresentou no período de 2017 a 2019. A média do Vale do Caí de 2015 a 2019 registrou 0,7937, 0,7937, 0,8143, 0,8143 e 0,8313 respectivamente. No âmbito estadual, as médias apresentadas no mesmo período foram: 0,7130, 0,7130, 0,7360, 0,7360 e 0,7480.

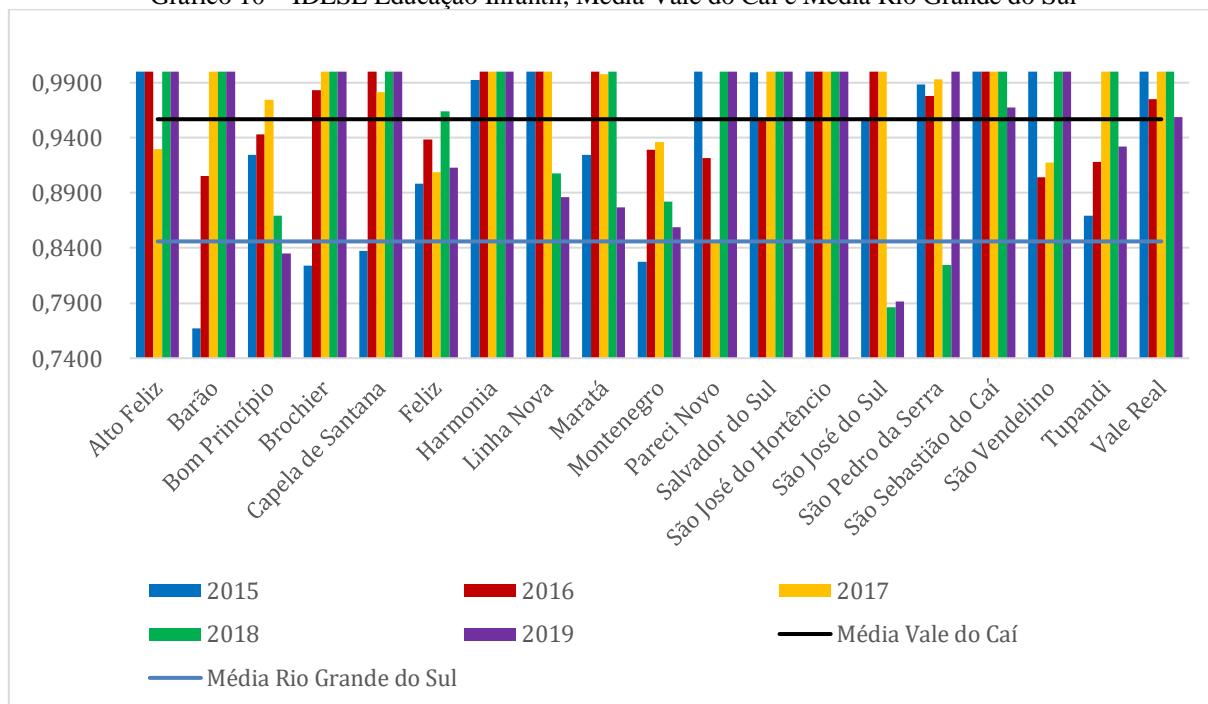
Nos anos de 2015 e 2016 os municípios de Bom Princípio, Feliz, Harmonia, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, Tupandi e Vale Real ficaram acima da média do Vale do Caí. Apenas Capela de Santana ficou abaixo da média do estado.

Nos anos de 2017 e 2018 os municípios de Alto Feliz, Capela de Santana, Linha Nova, Maratá, Montenegro, São José do Sul, São Sebastião do Caí e Vale Real ficaram abaixo da média do Vale do Caí, no que tange a média estadual, Capela de Santana e São José do Sul apresentaram valor inferior à média.

Em 2019 Bom Princípio, Brochier, Harmonia, Linha Nova, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Vendelino, Tupandi e Vale Real registraram IDESE superior à média do Vale do Caí. As cidades de Capela de Santana, Montenegro e São Sebastião do Caí tiveram média inferior à do RS.

Em 2015 e 2016, do total dos 19 municípios estudados, 12 ficaram abaixo da média do Vale do Caí e 1 abaixo da média estadual, em 2017 e 2018, 11 ficaram acima da média dos municípios estudados e 17 ficaram acima da média do Rio Grande do Sul, enquanto em 2019, 9 ficaram abaixo da média das cidades estudadas enquanto 3 ficaram abaixo da média do estado. Destaca-se o aumento na quantidade de municípios abaixo da média estadual, assim como o decréscimo de municípios abaixo da média do Vale do Caí.

Gráfico 10 – IDESE Educação Infantil, Média Vale do Caí e Média Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DEE (2021)

Demonstrado no gráfico 10 a comparação do IDESE dos municípios estudados no que tange o nível infantil de educação, bem como a demonstração da média das cidades estudadas no período e a média estadual. Em 2015 o município com o menor índice foi Barão, que aparece com o maior índice em 2017. No ano de 2016 a cidade que apresentou menor valor foi São Vendelino, enquanto Alto Feliz demonstrou nota máxima em 2015, 2016, 2018 e 2019. Em 2017 Pareci Novo teve a menor pontuação na educação infantil, enquanto São José do Sul aparece em 2018 e 2019.

A média dos municípios estudados nos anos de 2015 a 2019 foram de 0,9374, 0,9660, 0,9728, 0,9597 e 0,9484 enquanto a média do estado do Rio Grande do Sul foi de 0,7590, 0,8520, 0,8660, 0,8760 e 0,8770.

No ano de 2015 ficaram abaixo da média do Vale do Caí 8 municípios, sendo eles Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Maratá, Montenegro e Tupandi. Em outro âmbito, no mesmo período, 7 cidades apresentaram a nota máxima no índice estudado, Alto Feliz, Linha Nova, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São Sebastião do Caí, São Vendelino e Vale Real. Nenhum município dos estudados ficou abaixo da média estadual no ano de 2015.

Em 2016, as cidades de Barão, Bom Princípio, Feliz, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São Vendelino e Tupandi ficaram abaixo da média dos municípios estudados, os demais, exceto Vale Real, São Pedro da Serra e Brochier tiveram pontuação máxima no IDESE subgrupo de educação infantil.

As cidades de Alto Feliz, Feliz, Montenegro, Pareci Novo e São Vendelino apresentaram montante inferior à média do Vale do Caí em 2017, dos municípios listados, Pareci Novo ficou abaixo da média do Estado. O restante dos municípios estudados, com exceção de Bom Princípio, Capela de Santana, Maratá e São Pedro da Serra tiraram o maior valor considerado no índice.

No ano de 2018 apresentaram nota máxima 13 municípios, com exceção de Feliz, que ficou acima de ambas as médias consideradas e abaixo do valor máximo, Linha Nova e Montenegro, que ficaram abaixo da média das cidades estudadas, Bom Princípio, São José do Sul e São Pedro da Serra, que ficaram abaixo da média do Vale do Caí e da média estadual.

Em 2019, ficaram abaixo da média do Rio Grande do Sul as cidades de Bom Princípio, Maratá, Montenegro e São José do Sul. Além dos citados, também ficaram abaixo da média do Vale do Caí os municípios de Feliz, Linha Nova e Tupandi. Dos municípios não citados, apenas São Sebastião do Caí e Vale Real não tiveram pontuação máxima no índice estudado.

5 Conclusão

Tendo como objetivo a demonstração e estudo do comportamento dos gastos públicos com educação e sua relação com o IDESE dos municípios do Vale do Caí no período de 2015 a 2019, foi possível analisar a eficiência da destinação dos recursos públicos aplicados na educação, com base na exposição e análise da correlação entre os dados apresentados.

O presente estudo, cujo critério de uso de base de cálculo foi escolhido pelo autor, possibilitou a presunção de um menor desempenho na aplicação dos recursos na educação em certos municípios, visto que abre a possibilidade de não demonstrar retorno efetivo do valor gasto, demonstrado pela permanência abaixo da média do Vale do Caí ou do Estado do Rio Grande do Sul. Foi possível analisar essa correlação tomando como exemplo a cidade de Maratá, que demonstrou uma redução no IDESE do período de 0,63%, enquanto aumentou sua relação de receita corrente líquida na quantia de 6,95%.

Da mesma forma, foi possível disponibilizar a possibilidade de otimização dos gastos em alguns dos municípios estudados, que permaneceram acima das médias estudadas. Demonstrou-se casos em que existia uma correlação negativa entre os gastos com educação e o IDESE, onde esse demonstrava um aumento enquanto aquele sofria redução, como exemplo podemos considerar os municípios de Brochier e São Pedro da Serra, que tiveram um aumento de 13,29% e 7,62%, no IDESE enquanto tiveram uma redução de 21,95% e 31,28%, respectivamente, na relação receita pelo gasto com educação. Demonstrou-se também que a média do IDESE dos municípios estudados foi superior ao do estado, na educação geral, fundamental e infantil, superando o índice em 2,59%, 11,01% e 13,10%, respectivamente.

Cabe ressaltar que a média do Vale do Caí/RS, com o montante de 0,7444, foi superior ao do Estado do Rio Grande do Sul, que apresentou média de 0,7256. Dessa forma, torna-se possível a expansão do trabalho proposto, identificando as demais áreas do Estado bem como

em comparação ao Brasil, melhorando a correlação estudada com a quantidade de matrículas, escolas, docentes e outros dados disponíveis.

Como sugestão de estudos futuros, sugere-se uma entrevista com os responsáveis pela educação de cada município, de forma a verificar outras variáveis que podem ser consideradas no estudo.

Referências

ALVES, Aline. **Contabilidade Pública Avançada**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020153/>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-51, 2006.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ARRUDA, Daniel G.; BARRETO, Pedro Humberto T.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **O Essencial da Contabilidade Pública** - Teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 9788502125506. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502125506/>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

ARRUDA, Daniel G.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. 9788571440913. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440913/>>. Acesso em: 04 mai. 2022.

BORGES, Thiago B. **Fundamentos de Contabilidade Pública**. Porto Alegre: Grupo A, 2016. 9788569726432. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726432/>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 2016/NBCTSPEC, de 04 de outubro de 2016. **Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL**. Brasília, DF, p. 1-61, 2016. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. Sistema de Informações Territoriais. Perfil Territorial. **VALE DO CAÍ - RS**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_234_Vale%20do%20Ca%C3%83%C2%AD%20-%20RS.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DAMETTO, Renita N. **Educação, Ciência e Tecnologia: Estratégias para o Desenvolvimento Socioeconômico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 138, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2881/1/000388904-Texto%2BCompleto->

[0.pdf](#).> Acesso em: 01 jun. 2022.

DA SILVA, Lino Martins. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477968/>> Acesso em: 09 abr. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

HANUSHEK, Eric A.; KIMKO, Dennis D. Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations. **American Economic Review**, Nashville, v. 90, n. 5, p. 1184-1208, dez. 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Organização do Território**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 17 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 17 ago. 2022.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática**, 15ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/>> Acesso em: 09 abr. 2022.

MARION, José C. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018103/>> Acesso em: 11 mai. 2022.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/>> Acesso em: 30 mai. 2022.

MARTINS, Eliseu. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025439/>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

PISCITELLI, Roberto B. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/>> Acesso em: 31

mar. 2022.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística. **Idese**. [s.d]. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/idese/>> Acesso em: 26 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística. **IdeseVis**. 2020a. Disponível em: <<http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/idese/>> Acesso em: 28 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. 2020b. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico-novo-idese/>> Acesso em: 26 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfil Socioeconômico COREDE Vale do Caí**. 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134136-20151117104014perfis-regionais-2015-vale-do-cai.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Informações dos Fiscalizados (Controle Social)**. 2022. Disponível em: <<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/informacoes-dos-fiscalizados/>> Acesso em: 30 ago. 2022.

ANEXOS

ANEXO A: Receitas Correntes (R\$)

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	14.276.613,17	17.599.679,41	18.339.063,34	20.372.552,92	22.318.817,74
Barão	20.825.683,19	24.968.959,22	24.784.676,69	27.227.121,21	31.488.257,95
Bom Princípio	46.206.190,38	51.974.250,56	51.914.096,97	57.801.616,32	64.357.423,79
Brochier	16.959.522,04	19.755.024,32	20.339.916,20	22.682.911,55	23.474.291,23
Capela de Santana	25.708.222,75	30.635.930,99	31.350.785,57	35.431.913,45	38.717.672,48
Feliz	39.666.201,12	45.679.505,19	47.059.939,60	52.677.400,96	58.940.905,62
Harmonia	22.018.983,08	25.682.312,20	27.332.083,35	30.107.373,08	33.367.980,56
Linha Nova	10.594.293,90	12.224.582,98	12.069.926,46	13.428.799,82	14.535.351,93
Maratá	16.323.509,97	18.810.629,56	19.105.641,70	20.123.972,91	22.484.416,87
Montenegro	191.414.418,96	224.133.851,12	228.129.311,69	242.262.807,56	273.129.131,79
Pareci Novo	19.626.767,38	22.664.133,77	22.690.860,71	24.727.394,82	28.353.343,48
Salvador do Sul	25.732.906,04	30.006.692,11	31.101.368,82	34.038.257,13	36.142.470,77
São José do Hortêncio	18.654.094,37	21.676.100,93	22.348.216,66	23.330.472,48	26.049.567,46
São José do Sul	13.818.751,95	16.020.338,50	16.358.753,38	17.723.478,43	18.935.127,09
São Pedro da Serra	16.919.501,63	19.886.018,15	20.112.121,83	22.183.772,11	24.288.063,18
São Sebastião do Caí	65.798.508,04	77.891.344,32	78.673.294,11	84.584.766,25	92.910.341,30
São Vendelino	15.544.308,60	17.906.470,45	17.439.878,94	18.936.847,50	19.902.493,44
Tupandi	28.851.348,18	34.756.147,08	36.530.446,48	38.390.075,99	40.987.653,51
Vale Real	18.289.272,36	21.100.888,10	21.621.039,16	24.375.569,22	27.405.762,70

Fonte: adaptado de TCE-RS (2022)

ANEXO B: Receitas de Capital (R\$)

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	225.000,00	806.087,23	1.077.750,25	1.604.321,28	1.181.205,04
Barão	1.596.713,47	2.201.969,25	2.120.095,05	1.040.006,91	448.215,14
Bom Princípio	1.651.663,86	3.019.722,63	822.805,17	1.949.119,70	122.451,11
Brochier	433.717,70	2.633.536,66	2.938.326,65	1.859.098,50	1.607.936,35
Capela de Santana	1.138.824,00	2.409.201,11	1.273.055,92	1.037.131,51	649.802,92
Feliz	1.618.794,09	145.360,00	1.132.892,98	2.089.599,31	2.304.201,54
Harmonia	1.791.611,32	3.218.471,86	1.577.530,00	1.373.948,56	4.101.560,35
Linha Nova	77.545,00	323.750,48	174.900,25	449.849,33	755.288,75
Maratá	2.722.976,94	2.463.505,42	1.217.915,11	1.872.903,14	1.905.838,84
Montenegro	2.990.012,06	6.319.525,34	18.759.613,29	1.529.162,76	3.674.879,48
Pareci Novo	4.019.590,48	1.184.078,61	909.764,64	2.344.331,52	976.391,12
Salvador do Sul	377.495,00	443.750,00	556.250,00	836.497,10	1.460.332,59
São José do Hortêncio	455.588,33	564.995,11	205.499,96	626.164,27	528.014,51
São José do Sul	434.769,40	270.972,56	236.584,63	2.119.344,53	2.148.343,42

São Pedro da Serra	826.820,82	1.075.769,64	634.819,18	1.586.658,47	2.169.083,13
São Sebastião do Caí	2.902.232,39	2.712.881,46	1.013.103,57	1.203.674,00	2.230.727,42
São Vendelino	883.197,75	1.612.748,45	427.307,11	1.594.908,16	683.357,40
Tupandi	249.792,12	234.457,13	1.194.400,00	2.222.896,20	2.265.012,64
Vale Real	2.041.761,86	1.390.047,63	375.360,62	1.066.687,25	1.380.478,09

Fonte: adaptado de TCE-RS (2022)

ANEXO C: Deduções da Receita Corrente (-R\$)

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	1.923.454,73	2.293.614,98	2.486.394,02	2.809.568,21	2.860.103,50
Barão	2.467.658,79	2.944.230,32	2.951.108,60	3.233.075,54	3.391.452,84
Bom Princípio	4.340.037,73	4.473.337,85	4.595.573,74	5.364.561,78	6.198.576,32
Brochier	2.168.753,41	2.373.676,08	2.317.807,07	2.824.415,77	2.830.339,69
Capela de Santana	2.714.753,12	3.170.654,61	3.187.404,86	4.345.634,23	4.197.553,59
Feliz	4.577.343,71	4.986.059,32	5.281.629,03	5.663.240,77	5.873.473,99
Harmonia	2.876.513,39	3.243.207,75	3.380.872,49	3.791.274,81	3.990.175,48
Linha Nova	1.699.201,81	1.926.620,09	1.885.138,72	2.051.258,37	2.186.562,15
Maratá	2.375.979,74	2.552.412,40	2.513.269,86	2.963.700,86	3.046.803,62
Montenegro	18.177.628,10	20.274.599,21	20.333.483,09	23.249.251,59	24.401.000,06
Pareci Novo	2.561.599,44	2.608.987,53	2.550.719,47	2.858.987,25	3.060.266,56
Salvador do Sul	3.307.292,19	3.541.800,05	3.560.199,35	4.232.874,37	4.217.495,37
São José do Hortêncio	2.173.628,32	2.340.876,14	2.349.426,71	2.757.677,04	2.867.440,47
São José do Sul	2.078.191,27	2.397.713,14	2.401.428,09	2.617.102,80	2.759.075,26
São Pedro da Serra	2.309.505,63	2.740.621,51	2.720.000,91	3.072.740,18	3.195.286,82
São Sebastião do Caí	6.434.554,49	6.609.198,13	6.955.949,94	7.626.485,89	8.904.439,47
São Vendelino	2.071.860,46	2.337.673,55	2.280.067,07	2.453.018,09	2.563.775,40
Tupandi	4.077.680,68	4.599.571,13	4.802.314,91	5.459.689,38	5.370.722,32
Vale Real	2.188.698,08	2.232.084,36	2.225.505,83	2.800.248,85	2.790.068,58

Fonte: adaptado de TCE-RS (2022)

ANEXO D: Receita Corrente Líquida (R\$)

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	12.353.158,44	15.306.064,43	15.852.669,32	17.562.984,71	19.458.714,24
Barão	18.358.024,40	22.024.728,90	21.833.568,09	23.994.045,67	28.096.805,11
Bom Princípio	41.866.152,65	47.500.912,71	47.318.523,23	52.437.054,54	58.158.847,47
Brochier	14.790.768,63	17.381.348,24	18.022.109,13	19.858.495,78	20.643.951,54
Capela de Santana	22.993.469,63	27.465.276,38	28.163.380,71	31.086.279,22	34.520.118,89
Feliz	35.088.857,41	40.693.445,87	41.778.310,57	47.014.160,19	53.067.431,63
Harmonia	19.142.469,69	22.439.104,45	23.951.210,86	26.316.098,27	29.377.805,08
Linha Nova	8.895.092,09	10.297.962,89	10.184.787,74	11.377.541,45	12.348.789,78
Maratá	13.947.530,23	16.258.217,16	16.592.371,84	17.160.272,05	19.437.613,25
Montenegro	173.236.790,86	203.859.251,91	207.795.828,60	219.013.555,97	248.728.131,73
Pareci Novo	17.065.167,94	20.055.146,24	20.140.141,24	21.868.407,57	25.293.076,92
Salvador do Sul	22.425.613,85	26.464.892,06	27.541.169,47	29.805.382,76	31.924.975,40
São José do Hortêncio	16.480.466,05	19.335.224,79	19.998.789,95	20.572.795,44	23.182.126,99
São José do Sul	11.740.560,68	13.622.625,36	13.957.325,29	15.106.375,63	16.176.051,83

São Pedro da Serra	14.609.996,00	17.145.396,64	17.392.120,92	19.111.031,93	21.092.776,36
São Sebastião do Caí	59.363.953,55	71.282.146,19	71.717.344,17	76.958.280,36	84.005.901,83
São Vendelino	13.472.448,14	15.568.796,90	15.159.811,87	16.483.829,41	17.338.718,04
Tupandi	24.773.667,50	30.156.575,95	31.728.131,57	32.930.386,61	35.616.931,19
Vale Real	16.100.574,28	18.868.803,74	19.395.533,33	21.575.320,37	24.615.694,12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCE-RS (2022)

ANEXO E: Despesas com Educação (R\$)

Municípios	2015	2016	2017	2018	2019
Alto Feliz	2.616.459,35	3.693.137,55	4.206.908,82	3.709.523,87	4.023.452,26
Barão	4.706.965,06	5.378.308,15	5.419.085,03	5.745.525,28	7.408.479,37
Bom Princípio	14.438.125,43	15.532.039,06	15.242.690,22	16.014.270,22	16.859.015,48
Brochier	4.489.046,92	3.652.435,18	4.163.713,19	4.646.993,20	4.906.359,79
Capela de Santana	7.664.859,10	9.467.722,25	10.132.713,26	10.544.200,62	12.826.611,86
Feliz	9.014.862,95	10.785.579,84	12.166.343,20	12.498.101,23	13.673.005,73
Harmonia	4.602.046,57	4.634.309,39	5.238.416,56	5.972.846,70	6.816.399,77
Linha Nova	1.613.353,21	1.964.603,09	2.048.214,17	2.249.818,29	2.400.565,15
Maratá	2.843.895,49	4.412.525,85	3.339.904,84	3.497.995,58	4.239.082,61
Montenegro	53.783.443,96	57.572.499,15	54.860.612,87	59.318.663,63	63.207.720,73
Pareci Novo	4.622.228,26	4.814.064,36	5.425.913,48	6.108.186,70	6.966.664,61
Salvador do Sul	6.452.676,08	7.723.469,83	8.363.708,28	8.160.893,49	8.551.039,19
São José do Hortêncio	3.957.167,73	4.278.699,22	4.359.801,77	4.950.006,74	5.565.698,04
São José do Sul	3.052.059,47	3.289.401,03	3.526.039,09	4.114.812,46	4.295.576,34
São Pedro da Serra	4.756.359,59	3.886.829,38	4.727.065,27	6.966.340,37	4.718.820,04
São Sebastião do Caí	18.148.632,71	20.174.140,51	22.053.196,78	23.420.805,56	22.853.438,61
São Vendelino	3.340.759,14	3.300.134,27	3.518.604,80	3.587.145,16	3.563.111,08
Tupandi	7.222.533,90	8.276.573,87	9.437.461,54	10.124.520,85	10.109.449,96
Vale Real	5.101.097,62	5.163.371,07	5.307.677,53	6.016.544,60	7.144.239,33

Fonte: adaptado de TCE-RS (2022)